



Associativismo Local Políticas Culturais de Ação Local

Salete dos Santos Martins Pinto

Versão Final Após Defesa da
Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos de Cultura
(2^o ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro

22 de julho de 2020

Dedicatória

A ti pequena Iris, que a tua felicidade seja do tamanho do teu sorriso.

Agradecimentos

O presente trabalho é o resultado de dois anos de estudo e pesquisa que teve início no âmbito do Mestrado em Estudos de Cultura, na Universidade da Beira Interior. Face a essa realidade, devo agradecer a todos que contribuíram para que este projeto se realizasse.

Em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Doutor Alcides Almeida Monteiro pela forma como acolheu o meu pedido, e pela forma como me orientou nesta dissertação, pela paciência e ajuda. Agradeço a disponibilidade e estímulo.

Agradeço, igualmente, ao Senhor Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Guarda, Doutor Victor Manuel dos Santos Amaral, que gentilmente despendeu uma parte significativa do seu tempo e se disponibilizou a responder à entrevista que, de forma clara e objetiva, concedeu valiosas informações que muito contribuíram para a realização da presente investigação.

Ao Doutor Thierry Santos, pelo seu apoio, o meu reconhecimento e gratidão.

Às Associações que tiveram a gentileza de responder à entrevista, o meu muito obrigada.

À minha família, meus pais, meu filho e à Katarzyna.

Ao meu marido, meu apoio nos momentos difíceis, cuja compreensão ultrapassa muitas vezes o concedível.

Sem desejar entrar em muitas mais referências particulares, por natureza sempre incompleta, não posso deixar de assinalar os prestáveis contributos da Ana Pinto, e dos amigos Inácio e Graça.

Resumo

A presente dissertação aborda questões como o associativismo local, as políticas culturais de ação local e o desenvolvimento local. O seu objetivo é perceber se as políticas culturais de ação local, desenvolvidas no âmbito do associativismo cultural contribuem para o desenvolvimento e influenciam de forma positiva, neste caso em particular, o concelho da Guarda. Face à temática mencionada, serão apresentados alguns conceitos de cultura enquanto herança cultural acumulada ao longo dos anos e que cada indivíduo agrega. A pesquisa assenta também numa abordagem histórica do conceito, e dos procedimentos de políticas culturais europeias, nacionais e autárquicas enquanto modo de relação particular entre cultura, poder local e a esfera cultural das associações. Entender os processos de desenvolvimento local no âmbito da cultura, implica identificar uma diversidade de situações associadas às políticas delineadas a nível da política da autarquia e desenvolvidas no seio das associações culturais do concelho.

Com base nestes objetivos, a metodologia adotada teve como suporte uma abordagem qualitativa de análise temática. Quanto à técnica de recolha de dados, para tentar perceber como são planeadas e aplicadas as políticas culturais pelo poder local, a mesma consistiu-se na realização de uma entrevista ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura do Município da Guarda, e do mesmo modo, se procedeu com as associações culturais locais, com mais destaque a nível cultural e artístico, em que foi solicitada uma entrevista a dirigentes ou colaboradores com mais envolvimento cultural nas coletividades.

O material recolhido permite caracterizar as políticas culturais do concelho e possibilita conhecer os contributos que estas têm dado em termos de cultura e de desenvolvimento local. Indica, principalmente, que as associações culturais devem ser compreendidas como potenciais parceiros para o desenvolvimento local.

Palavras-chave

Cultura; Políticas Culturais; Desenvolvimento Local; Associativismo

Abstract

This dissertation addresses issues such as local associations, local action of cultural policies and local development. Its aim is to realize that the cultural policies of local action, carried out under the cultural associations contribute in a positive way to the development and influence, in this particular case, the municipality of Guarda. Given the mentioned theme, some concepts of culture will be presented as a cultural heritage accumulated over the years added by each individual. The research is also based on a historical approach to the concept, and to the procedures of European, national and local cultural policies as a way of particular relationship between culture, local power and the cultural sphere of associations. Understanding local development processes in the context of culture, implies identifying a diversity of situations associated with the policies outlined at the level of the local authority's policy and developed within the cultural associations of the municipality.

Based on these objectives, the methodology adopted was supported by a qualitative approach to thematic analysis. As for the data collection technique, in order to try to understand how cultural policies are planned and implemented by the local authorities, a interview was conducted with the Councilor for the Culture Department of the Municipality of Guarda, and in the same way, it was done with cultural associations with more prominence at the cultural and artistic level, in which a interview was requested to managers or employees with more cultural involvement in the communities.

The material collected allows to characterize the cultural policies of the municipality and makes it possible to know the contributions they have made in terms of culture and local development. They mainly indicate that cultural associations should be understood as potential partners for local development.

Key words:

Culture; Cultural Policies; Local Development; Associations

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	3
1.1 Diversas interpretações do conceito de cultura	3
1.2 A cultura no caminho da contemporaneidade	4
1.3 Políticas culturais – Conceitos e aplicações.....	8
1.3.1 Políticas culturais de domínio europeu	9
1.4 Estratégias para a política cultural em Portugal	10
1.5 Políticas culturais nacionais	11
1.5.1 A diversidade cultural promovida pela UE	11
1.5.2 Contribuição das políticas culturais	13
1.6 Políticas culturais autárquicas	14
1.7 O Desenvolvimento Local	18
1.7.1 Relação entre cultura e desenvolvimento	19
1.7.2 Papel das políticas culturais no desenvolvimento local	21
1.7.3 Importância dos laços entre cultura e desenvolvimento	22
1.8 Associativismo	26
1.8.1 Fatores que podem dificultar o associativismo	29
1.8.2 Associativismo e desenvolvimento local	31
1.8.3 Associativismo, o seu papel na sociedade	33
1.8.4 Associativismo como expressão organizada da sociedade civil ou promoção do indivíduo.....	35
Capítulo II – Metodologia	37

Associativismo Local - Políticas Culturais de Ação Local

2. Escolha do tema e questões de partida	37
2.1. Objetivos do Estudo.....	38
2.2 Apresentação do presente estudo	39
2.3 Entidades contactadas para responder à entrevista.....	43
Capítulo III - Contexto geográfico do concelho da Guarda Associativismo Local....	44
3.1 Intervenção cultural e associativa no concelho da Guarda	46
3.2 Impacto do associativismo local e as políticas culturais de ação local no concelho da Guarda	46
Capítulo - IV Apresentação e apuramento das entrevistas.....	50
4.1 Análise temática das entrevistas.....	51
4.2 Análise de dados.....	52
Bloco I - Origem da associação: Origem e objetivos; Expectativa e contributos dos associados.....	52
Bloco II - Influência da cultura na formação cívica através do associativismo – Projetos e apoios	55
Bloco III - Plano estratégico da política cultural autárquica	58
Bloco IV – Associativismo como vetor do desenvolvimento local.....	60
4.3 Interpretação final às entrevistas	62
Conclusões	66
Bibliografia.....	71
Anexos	79
Anexo 1 - Missiva Pedido de colaboração ao Vereador do Pelouro da Cultura da Guarda.....	80
Pedido de colaboração aos Dirigentes Associativos.....	82
Anexo 2 – Guiões das Entrevistas	83

Lista de Figuras

<i>Figura I</i> – Concelho da Guarda.....	44
---	----

Lista de Quadros

Quadro I – Entidades e cargos ocupados pelos entrevistados contatados.....	43
--	----

Lista de Siglas e Acrónimos

- ACDG – Associação Cultural e Desportiva de Gonçalbocas
ACDA – Associação Cultural e Desportiva de Alfarazes
ACDJ – Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo
ADMEstrela – Associação Social e desenvolvimento da Guarda
ADRICAR- Associação para o Desenvolvimento Cultural e Recreativo da Ribeira dos Carinhos
ASCDRS – Associação Social, Cultural e Recreativa da Sequeira
CCG – Centro Cultural da Guarda
CCSR – Centro Cultural, Social e Recreativo do Bairro da Luz
CSM – Centro Social do Mileu
CDS – PP - Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular
CE - Comunidade Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
COVID-19 - doença provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2
DELYRAMUS - *Developing Audiences: Music, Luthiers and Mental Health*
FFC – Fundo de Fomento Cultural
GCA – Grupo de Cantares de Arrifana
GCM - Grupo de Cantares a Mensagem
GDGP – Grupo Desportivo e Cultural Pousadense
ICA – Instituto de Cinema e Audiovisual
ICAA – Gabinete de Intervenção Cultural Animação e Associativismo
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
LGBT – Comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénica
MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
OE – Orçamento de Estado
ONG – Organizações não-governamentais
OPART - Organismo de Produção artística
PARAM – Programa de Apoio aos Arquivos Distritais
PS – Partido Socialista
RPM – Rede Portuguesa de Museus
SCC - Setor Cultural e Criativo
TMG – Teatro Municipal da Guarda

Associativismo Local - Políticas Culturais de Ação Local

UE - União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a
Ciência e a Cultura

Introdução

O Associativismo Local assenta o seu discurso num quadro representativo que se situa numa perspetiva de herança comum, de identidade, de práticas sociais, valores e regras partilhadas como suporte de processos de desenvolvimento local. Considerando a cultura o veículo que desencadeia mecanismos de pertença, as associações culturais assumem um papel fundamental no que diz respeito à participação e promoção da cultura. Assim, neste caso em particular, o primeiro ponto de análise será perceber de que forma o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, contribuem para o desenvolvimento local. Partindo deste quadro teórico onde se cruza a cultura, o associativismo, as políticas culturais e o desenvolvimento local, o estudo apresentado divide-se em quatro capítulos.

Desse modo, no primeiro capítulo são analisadas, em função da revisão da literatura efetuada, as palavras-chave que envolvem a investigação, suportada por diversos autores, várias perspetivas e pontos de vista sobre aspetos do domínio cultural, de entre eles: alguns conceitos de cultura a partir da linha teórica onde se entrelaçam as noções de cultura e herança cultural, políticas culturais no âmbito nacional e local com mais incidência na intervenção autárquica, desenvolvimento local que esclarece a importância que este tem na sociedade, e o associativismo que esclarece a importância no desenvolvimento local que completa, assim, o conjunto de conceitos interligados entre si.

O segundo capítulo é dedicado à metodologia de investigação que explica os objetivos desta pesquisa, e que tem como questão de partida a seguinte pergunta: - Até que ponto e de que modo o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, contribuem para o desenvolvimento local? Assim, com o propósito de dar resposta à questão inicial, foram formuladas algumas questões orientadoras. Como objetivos específicos, foram apontados os seguintes tópicos: compreender o plano estratégico da política cultural autárquica; conhecer o trabalho realizado entre o Poder Local e as Associações Locais no âmbito das políticas culturais e analisar as contribuições das associações culturais do concelho da Guarda no desenvolvimento local. Serão, ainda, apresentadas e fundamentadas as opções metodológicas adotadas para a recolha e análise de dados.

Associativismo Local - Políticas Culturais de Ação Local

No terceiro capítulo, é apresentado o contexto geográfico do concelho da Guarda onde foi realizada a investigação, o associativismo e a intervenção associativa no concelho da Guarda como objeto de estudo.

Por último, no quarto capítulo na apresentação e apuramento das entrevistas dar-se-á a conhecer as principais conclusões a que se chegou com a investigação realizada, refletindo sobre os resultados obtidos ao longo do estudo, esperando que a mesma contribua para novos conhecimentos.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1.1 Diversas interpretações do conceito de cultura

Gomes, como exemplo ilustrativo da diversidade de conceitos sobre cultura, menciona que na década de 1950 o antropólogo americano Alfred Kroeber, elaborou uma coletânea, onde refere que, “existiriam cerca de 250 variações de definição de cultura” (Gomes, 2008 p. 33). Também Cuche menciona que “desde seu aparecimento no século XVIII, a ideia moderna de cultura suscitou constantemente debates acirrados” (Cuche, 1999 p. 11). Já Lipovetsky e Serroy (2010) expõem uma visão mais atual da cultura-mundo, onde tudo é transitório, efêmero, descartável, em permanente anseio pelo vindouro e da próxima novidade, apresentam um hiperconsumismo que ao mesmo tempo que procura bem-estar, divertimento e satisfação imediata, provoca uma perda de valores e de referências, perda de certezas e de fé. Assim, e no capítulo que se segue, tentar-se-á aclarar alguns conceitos defendidos por reputados investigadores que, ao longo dos tempos, têm vindo a debruçar-se sobre a temática.

Procurar a definição para cultura conduzir-nos-ia a percorrer imensas trajetórias, visto existirem inúmeras definições apresentadas por numerosos antropólogos e sociólogos, resultado de diversas explanações, mais ou menos consonantes acerca do estudo do ser humano nas suas componentes antropológica e etnográfica. São várias as significações da palavra cultura na linguagem quotidiana e a evolução das diferentes interpretações da “cultura”, termo derivado do latim e que Cícero empregara como metáfora “cultura anima”, cultivo do espírito em que a mente é objeto, é apresentada por Cardoso no capítulo *A noção de cultura antes de existir a Antropologia como disciplina* em que refere que terá sido a partir do século XVIII (pois até aí a noção de cultura limitava-se à cultura da terra e do gado), que a palavra se consagrou no *Dicionário da Academia Francesa* em 1718 e se configurou como “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”, entendendo-se como a ação do desenvolvimento do campo mental (Cardoso, 2003, p. 30). No século XIX, os diversos sentidos da palavra variam conforme aplicação em determinado ramo do conhecimento, a preocupação com a reflexão sobre o homem, a sociedade e a questão maior da diversidade humana contribuiu para a criação da etnologia no âmbito da antropologia cultural e social, procurando uma apreciação analítica e comparativa das culturas e das civilizações.

Uma das grandes questões da humanidade é como surgiu a cultura? Quaisquer que sejam os fundamentos em que os cientistas se baseiam, é notório que a sociedade sofreu um processo gradual de transformação ao longo do tempo. Um dos exemplos porventura

mais claros acerca dessa evolução é a tese defendida por Frederich Engels, que apresenta as suas justificações na influência do trabalho na evolução de uma espécie de primata antropoide, fundamentado na teoria de Darwin “Seleção natural” que apenas uma espécie intermediária de primatas, os símios, seriam os primeiros estádios da evolução do homem: nesse processo, o facto da locomoção sobre a posição ereta (bípede) libertou por conseguinte a mão, que mesmo antes disso já cumpria uma função particular aos antropoides, foi o primeiro passo para o desenvolvimento do homem. O período da evolução da adaptação da mão é vista por Engels, como o fruto do trabalho até à plena capacitação de produzir instrumentos e se relacionar entre si, com objetivos cooperativos, como se pode verificar nas suas palavras:

Deste modo, a mão não é apenas o órgão de trabalho; é também produto do trabalho. [...] Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho contribuiu necessariamente para o estreitamento de laços entre os membros da sociedade à medida que se multiplicavam os casos de ajuda mútua, de ação em comum, e em que a utilidade dessa cooperação se tornava clara na consciência de cada indivíduo. Em resumo, os homens em formação atingiram um ponto em que tinham qualquer coisa a dizer uns aos outros (Engels, 1980, p. 11).

Conclui assim o autor que o homem modifica a natureza e obriga-a a servir-lhe, dominando-a. E aí está, segundo Engels, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho que transforma o homem num ser produtor de cultura.

1.2 A cultura no caminho da contemporaneidade

Partindo da perspectiva de Edward Burnett Tylor de que o homem age de acordo com os seus padrões culturais, o conceito de cultura tornou-se extremamente importante para entender as sociedades a partir das experiências que se acumularam ao longo da história. Para essa visão, muito contribuiu Tylor ao definir um conceito moderno de cultura como expressão da totalidade da vida social do homem, caracterizada pela sua dimensão coletiva. “A partir de 1850 a palavra cultura aparece associada ao conceito antropológico sustentado na investigação dos diferentes modos de vida, sistemas religiosos, crenças, alimentação, etc., com a sua publicação do Clássico *Primitive Culture*” em 1871 (Antunes, 2007, p. 87).

Tylor, expôs assim a primeira definição de “cultura” referindo-se a todos os produtos comportamentais, espirituais e materiais da vida social e humana, representando a mesma um objeto de estudo sistemático por ser dinâmico e natural, e que contém causas e regularidades, o que permite um estudo de acompanhamento do processo da sua evolução de forma eficaz.

Ao contrário da visão evolucionista de Tylor, Franz Boas defensor de uma teoria difusionista da escola norte-americana, tinha por objetivo o estudo “das culturas”. Distanciou-se, por conseguinte do modelo evolucionista de interpretação de “*cultura*” que se apresentava com uma concepção universalista, baseada na ideia de unidade psíquica da humanidade. Tylor defendia que as culturas evoluíram passando todas pelo mesmo estágio, em direção ao progresso, Boas declarava que a cultura era algo único, preconizando que as culturas, os costumes e as regras sociais de um determinado povo deveriam ser interpretados de acordo com as funções que executavam em cada sociedade.

Já Branislaw Malinowski, precursor da corrente funcionista na Antropologia, fez uma crítica à visão difusionista, negando que a cultura seja uma estrutura fragmentada, ou seja um agregado de componentes isolados, comparando-a com um organismo vivo no qual cada indivíduo parte contribuindo para a manutenção de todas as outras. Tentando estabelecer a base teórica do que mais tarde viria a ser conhecido como Antropologia Social. A cultura é definida pelo autor como “um ambiente secundário e artificial formado por diversas estruturas organizacionais independentes, criadas pelo ser humano com o intuito de satisfazer todas as necessidades básicas dos membros da comunidade que o criou” (Malinowski, 1962, p. 43). Ou seja, para o autor a cultura é uma totalidade em funcionamento que integra hábitos, costumes, técnicas e crenças. Defende que todos os elementos culturais devem ser estudados no seu contexto. Também estabeleceu a pesquisa de campo como elemento fundamental do estudo antropológico.

Uma perspectiva de cultura como modelo comportamental é defendida por Geertz, no capítulo *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura* (1978). O conceito de cultura que ele defende não possui uma faceta multidisciplinar fora do comum, assenta antes num molde de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos e num sistema de percepções herdadas, que proporciona aos homens a possibilidade de comunicar e desenvolver ações e atividades com relação à vida em comunidade. Na sua concepção, a cultura adquire significados distintos: o termo cultura definido por ele é de caráter semiótico, sendo o ser humano um animal preso a uma teia com distintos significados. O autor atribui duas novas ideias a respeito da cultura, essas opiniões foram criadas segundo ele, para definir mais exatamente o ser homem:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (Geertz, 1978, p. 15).

Todas as conclusões que Geertz tirou do conceito de cultura correspondem a regras de comportamentos, que implicam significados para os que as vivenciam. Por isso o autor defende um conceito de cultura mais restritivo, pois, a sua visão do termo cultura tornou-se um conceito com muitos significados e, conseqüentemente, adquiriu uma faceta debilitada. Portanto, a sua visão antropológica classificou o processo cultural como um processo inevitavelmente dinâmico. Um resultado de fatores inter-relacionados entre indivíduos, povos, ambiente e tempo que comporta tudo o que o ser humano faz de significante, com sentido e finalidade, em sociedade.

No que se refere à cultura do ponto de vista do sociólogo Zygmunt Bauman, o mesmo destaca que a criação de normas restritivas implica a criação de uma ordem cultural, sendo a cultura uma espécie de modelo comportamental tanto de indivíduos como de comunidades. A cultura é criada pelo homem e tem um papel importante na vida do mesmo, é criada pela liberdade, mas ao mesmo tempo limita essa liberdade. Por outro lado, Bauman define cultura da seguinte forma:” a cultura é um produto das experiências vitais acumuladas de muitas gerações e toma atenção também a estes processos vitais” (Bauman, 1980, p. 75).

Subentende-se assim que Bauman analisa cultura de forma dualista, ou seja, que a cultura possui duas *vertentes*, a cultura conserva o que já existe, mas também é aberta ao novo. A cultura também possui a ordem e a desordem, cria a liberdade e limita a mesma. Também cria cultura como fatores verticais, esta visão vê culturas superiores e inferiores. O autor também enfatiza que a cultura diferencia os diversos grupos humanos, e possui a visão de cultura como padrões culturais ou um modelo comportamental.

Em suma, o conceito de cultura parece não ter total unanimidade, desde a antiguidade em que Cícero lhe conferiu o conceito do cultivo do espírito, ou a noção de cultivo da terra e do gado que perdurou até ao século VXIII, época em que surge pela primeira vez no Dicionário da Academia Francesa configurado como a ação de desenvolvimento do campo mental, que o termo tem sofrido várias influências, subsistindo essa preponderância ao longo dos tempos. Já no século XIX desponta o interesse em estudar o homem, a sociedade e a diversidade humana, com enfoque nas sociedades consideradas primitivas. A antropologia a par com a sociologia, consideradas como ciências sociais e humanas, concentraram os seus estudos no homem, o seu comportamento, a cultura e as interações com a sociedade.

Assim, desde que antropólogo Edward Tylor apresentou a primeira definição do conceito de cultura, essa noção por ele apresentada, tem sido reformulada constantemente, tornando o vocábulo um conceito extremamente complexo e impossível

de ser concertado de modo único. Constata-se, portanto, que o conceito de cultura é um termo polissêmico e um processo dinâmico, uma vez que toda a cultura é evolutiva, e pode ser entendida como tudo o que resulta da criação humana: as ideias, os artefactos, os costumes, as leis, as crenças morais, ou do conhecimento adquirido a partir do convívio social. Não existe cultura superior ou inferior, melhor ou pior, mas sim culturas diferentes. Pode, ainda, inferir-se que a universalidade e a diversidade se cruzam com o jogo das identidades e das diferenças, mas as formas culturais particulares são uma ilustração das possibilidades da capacidade humana para a cultura, e nesse sentido, essas formas culturais salientam a especificidade de cada cultura. Porém, e paralelamente, novos dados definem a cultura na atualidade como refere Lipovetsky:

A contradição nas nossas sociedades não resulta apenas do fosso entre cultura e a economia, resulta do próprio processo de personalização, de um processo sistemático de atomização e de individualização narcísica: quanto mais a sociedade se humaniza, mais o sentimento de anonimato se estende; quanto mais há indulgência e tolerância, mais aumenta a falta de segurança do indivíduo em relação a si próprio [...] quanto mais a comunicação e o diálogo se institucionalizam, mais sós se sentem os indivíduos, e o com maiores dificuldades de contacto; quanto mais cresce o bem-estar, mais a depressão triunfa (Lipovetsky, 1989, p. 119).

Do ponto de vista do autor a sociedade moderna homogeneizou as culturas, os produtos, incluindo as escolhas, expectativas e ambições, de forma agregadora, em que as mesmas partilham e cruzam elementos, enquanto acolhe e cede partes de si mesmo, numa permuta permanente e inclusiva, visão que se pode considerar igualmente na atualidade em Byung-Chul Han que afirma que atualmente se vive uma cultura do imediato, de exibição que a “absolutização do valor expositivo se expressa como tirania da visibilidade” (Han, 2017, p. 35). Mais pragmático, o já falecido Primeiro Ministro da Cultura em França, André Malraux alude que:

O problema da cultura tem uma primeira característica fascinante: nossa civilização é a primeira a colocá-lo. Não somos, é bem verdade, a primeira época de cultura, mas somos a primeira época que se interroga sobre como um valor bastante enigmático do espírito, a cultura, pode tornar-se uma fonte de nobreza para todos os homens que a merecem ou que a ela recorrem (Malraux, 1998, cit. in Ferreira e Jacques, 2008, p. 185)

Pode-se concluir, que cada cultura reflete o diálogo entre gerações, que a cultura ao longo dos tempos tem estado presente em praticamente todas as atividades humanas, passando pelos modos de vida aos comportamentos sociais. Tem emergido da capacidade de mudança dos indivíduos, assente no acesso e partilha de experiências, mas também, do conhecimento ancestral e do património. Porém, e como refere Leonardo Coimbra a propósito da uniformidade da cultura, “a evolução humana não é unilateral e retilínea coexistem na mesma época e na mesma sociedade individualidades com a cultura indiferenciada e individualidades onde já se deu a diferenciação da cultura”, que permite a

compreensão das ideias e dos comportamentos (Coimbra, 2004, p. 27) confirmando deste modo, as diferentes interpretações e visões culturais que cada indivíduo detém.

1.3 Políticas culturais – Conceitos e aplicações

É através da cultura e com o intuito de promover intervenções na sociedade que, as políticas culturais podem entender-se como exposições e/ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas. Apesar da complexidade subjacente às diversas definições do conceito de políticas culturais, inevitavelmente a noção descende de outros dois conceitos: Cultura e Política. Nesse sentido, Canclini refere que as políticas culturais se resumem a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados” (Canclini, 2001, p. 65) (em que se inserem as associações, tema a desenvolver num capítulo posterior), a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social.

Indo ao encontro dessa mesma perspetiva, atente-se no discurso de José Roberto Severino proferido no V Congresso “Que Cultura(s) para o século XXI” [realizado no mês de novembro de 2019 na Universidade da Beira Interior], que as políticas culturais se apresentam como um conjunto diretamente relacionado com a conceção de cultura na sua dimensão restrita, ou seja, na linha de conceção desenvolvida por Bourdieu, onde a cultura é considerada como um campo de relações objetivas de âmbito especializado. Portanto, um campo onde se realizam a criação, a produção, a circulação, consumo e fruição de bens e serviços simbólico-culturais, na expectativa do fortalecimento da cidadania cultural, na efetividade dos direitos culturais e do alcance de uma efetiva democracia cultural que seja capaz de garantir as condições indispensáveis para o acesso a todos os cidadãos, aos meios de produção, distribuição, consumo e fruição da cultura (Severino, 2019).

Igualmente interveniente no “V Congresso que Culturas para o século XXI”, Albino Rubim avalia as políticas culturais em articulação com a cultura sublinhando que, essas políticas estão sempre sobrepostas à cultura para a elaboração de direções intelectuais e morais e traça um modelo com as seguintes dimensões indutivas como essenciais às políticas culturais:

-“Definição e determinação da noção de políticas culturais”.

-“Definição de cultura intrínseca, ou seja, qual o conceito de cultura que defendem se são compatíveis com as ações que realizam”.

- “Formulações e ações”.
- “Objetivos e metas”.
- “Caracterização dos atores”.
- “Público pretendido e alcançado”.
- “Instrumentos, meios e recursos acionados”.
- “Momentos acionados do sistema cultural”.
- “Interfaces pretendidas e acionadas”.
- “Articulação entre componentes”.

(Rubim, 2009, p. 1 -17)

No entanto, e apesar de o modelo se apresentar como um esquema de análise, o autor advoga que deve ser submetido a um aperfeiçoamento sob uma observação teórica e analítica que possibilite um maior entendimento nos estudos da cultura e das políticas culturais.

Após as precedentes análises apresentadas, depreende-se assim que do ponto de vista da análise social e cultural, as políticas culturais difundem importantes indícios sobre as condições sociais, históricas, económicas e ideológicas em que são produzidas e facultam informações referentes aos aspetos que, em cada momento, são mais valorizados pelos distintos grupos sociais. Uma breve retrospeção permite perceber que as políticas culturais deveriam tratar dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação, porém, têm vindo a ser politizadas (ou instrumentalizadas) ao longo dos anos. Ainda assim, visivelmente as políticas culturais têm vindo a tornar-se uma componente cada vez mais significativa no âmbito de estratégias de regeneração física e económica em muitos territórios. Obviamente, com as devidas salvaguardas à diversidade das realidades locais nas diferentes interpretações do conceito de cultura, diferentes recursos financeiros, diferentes níveis de descentralização governativa e na atitude sobre a cultura.

1.3.1 Políticas culturais de domínio europeu

Segundo a historiografia, o plano cultural europeu tem como principal objetivo apoiar ações de preservação do património cultural e promover a cooperação e os intercâmbios transnacionais entre instituições culturais dos Estados-Membros e nesse sentido, em 2007 foi instituído o quadro estratégico da UE no domínio da cultura pela Agenda Europeia para a Cultura. A agenda recomenda, pela primeira vez, uma estratégia europeia para a cultura com os seguintes objetivos:

- “Promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural”;
- “Promover a Cultura como catalisador para a criatividade no âmbito da Estratégia de Lisboa”;
- “Promover a cultura como elemento vital nas relações internacionais da União¹.”

1.4 Estratégias para a política cultural em Portugal

Sendo Portugal um Estado-Membro da Comunidade Europeia, em território nacional a formação de políticas culturais é influenciada pelas diretrizes da União Europeia e pelos programas criados para estimular a atividade cultural, como nos refere Silva: “em Portugal o debate político sobre políticas culturais e o processo de formação de tais políticas têm tido por referência fundamental o modelo europeu-continental e, mais precisamente, a experiência francesa” (Silva, 2003, p. 12). A análise das políticas difundidas ao longo dos últimos anos torna-se desse modo, relevante para a compreensão e desenvolvimento deste trabalho, na medida em que, as mesmas incidem sobre “modos de relação com os bens culturais” e sobre os “espaços sociais de afirmação cultural” (Pinto, 1994, p. 769). Os modos a que se refere o autor vão desde a criação cultural à receção e os espaços, desde o doméstico ao coletivo. É o espaço coletivo que mais se destaca na aplicação das políticas culturais no desenvolvimento local, pois é através da participação e no aproveitamento do espaço que as políticas culturais estão mais próximas das pessoas.

É ao definir diretrizes no sentido de dinamizar os espaços públicos e envolver as pessoas, que “a política cultural desempenha um papel decisivo na legibilidade” (Lopes, 2003, p. 18). Sob o mesmo ponto de vista de Lopes reforça-se que as políticas culturais contribuem para a construção e afirmação da identidade cultural local, pois podem fazer com que um concelho se diferencie e conseqüentemente atraia mais desenvolvimento. A cultura tem-se distinguido, indiscutivelmente, como um fator de atratividade e isso remete para o benefício económico das externalidades positivas², gerado pelo valor simbólico dos bens culturais.

O diálogo intercultural é, atualmente, um primado sustentado pela EU que se baseia nas seguintes especificidades:

- “A sustentabilidade no domínio do património cultural”;
- “A coesão e o bem-estar”;

¹Cultura na União Europeia. Centro de Informação Jacques Delors, www.euricid.pt/pls/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8582&p_est_id=16597, [consultado a 21 de janeiro de 2020]

² Externalidade positiva refere-se aos efeitos positivos que a produção de um bem ou execução de um produto causa a terceiros, indivíduos que em nada estão envolvidos com a cadeia produtiva, da fabricação ao consumo.

- “Um ecossistema que apoie os artistas, os profissionais da cultura e da criação e conteúdos europeus”;
- “A igualdade de género”;
- “As relações culturais internacionais”.³

O diálogo intercultural é, portanto, um primado sustentado pela UE. Já aquando da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, esta dimensão se considerou verdadeiramente importante. Na área particular da política da cultura ações como as relativas às cidades interculturais, ao diálogo com a plataforma sobre a Europa intercultural ou à cultura da etnia cigana, estão no centro das atenções, entre outras políticas que difundam o diálogo intercultural.

Efetivamente, nas últimas décadas, a cultura passou a ser um protagonista importante da agenda política da UE, como sustentado pelos parágrafos anteriores. O Tratado de Maastricht (1993) referencia no Artigo 128 que «a Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua multiplicidade nacional e regional, e colocando concomitantemente em evidência o património cultural comum». No entanto, com mais relevância no património do que na produção artística, as políticas europeias têm beneficiado mais os domínios de difusão da cultura e da história dos povos europeus, a preservação e salvaguarda do património cultural de relevância europeia, os intercâmbios culturais não comerciais e, de forma secundária, o setor audiovisual e a criação artística e literária.

1.5 Políticas culturais nacionais

1.5.1 A diversidade cultural promovida pela UE

Segundo a Direção de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais⁴ o peso do setor cultural em Portugal é muito menor que na maioria dos países da UE, tendo assim um contributo menor na criação de riqueza e o que menos produz por habitante, verificando-se a mais baixa taxa de produtividade no que diz respeito ao referido setor. Se na maioria dos países da Europa a cultura se equipara em dimensão à agricultura, à indústria alimentar ou setor automóvel e está relacionada diretamente com a satisfação de vida, com o nível educacional e com a utilização recreativa das novas tecnologias de informação e comunicação, em Portugal, a especialização está centralizada em setores

³ Jornal Oficial da União Europeia, 21-12-2018. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018XG1221\(01\)&from=ES](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018XG1221(01)&from=ES) [consultada a 10 de fevereiro de 2020].

⁴ A DIMENSÃO ECONÓMICA DO SETOR CULTURAL, segundo as Contas Satélite da Cultura Europeias. <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/557437/A+dimensao+do+setor+cultural+segundo+as+Contas+Satelite+da+Cultura+europeias.pdf/55a86760-f16c-4c57-a01c-0de22e9e01fa>. [consultado a 10 de fevereiro de 2020].

económicos mais tradicionais como o setor têxtil e o setor automóvel, e em menor número no setor cultural e criativo.

Indubitavelmente o poder da transformação por via da cultura é incontestável, como se pode comprovar no desenvolvimento da humanidade. Ao longo dos tempos através da endoculturação e da aculturação foram-se esbatendo as barreiras que estigmatizava o ser humano. Nesse sentido, têm-se protagonizado práticas de investimento político no campo cultural, que se ajustam aos acontecimentos mais recentes quer no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas culturais, quer no tocante à visibilidade social e política das práticas culturais dos diversos grupos da sociedade. Tal cenário é observado por Nicolás Barbieri que afirma que “a institucionalização das políticas culturais como domínio de políticas públicas solidifica-se na segunda metade do século XX. O processo pelo qual o princípio da democratização da cultura norteia e certifica a maioria das políticas culturais desenvolvidas na Europa e no mundo anglo-saxónico a partir da década de 1960 é bem conhecido” (Barbieri, 2015, p. 24). E o autor acrescenta que, “assim como o contrato entre agentes culturais públicos e privados que o mesmo implica, tem um carácter eminentemente estatal-nacional”, ou seja, “em anuência com o modelo continental ou anglo-saxónico, os ministérios da cultura ou os conselhos artísticos estatais são os principais agentes na conceção e implementação de políticas culturais”. Instituiu-se, assim, “um período de institucionalização da política cultural como uma política pública. Apesar do leque de dificuldades na sua aplicação, “a política cultural estabeleceu-se como um objeto de intervenção do Estado” (Barbieri, 2015, p. 24-25), e consolida-se, também, a institucionalização da relação entre a política cultural e a identidade nacional, a par de uma dicotomia Estado-mercado, que não exclui somente o desenvolvimento de modelos alternativos, mas em contrapartida implica uma parceria entre o estatal e o público, e o comercial e o privado.

Em suma, as artes e a cultura necessitaram de encontrar forma de distinguir o seu valor para atrair o financiamento público e privado, e ao longo dos tempos essa mudança atraiu interesses plurais de diferentes grupos políticos e sociais. Com a revolução de 1974 mudam as orientações do Estado, e a vaga das nacionalizações que abrange distintos setores da economia, cobre também, em parte, a esfera da cultura (Sousa, 2013, p. 21) incluindo a imprensa e a rádio, iniciando-se um gradual envolvimento do Estado no financiamento das artes e cultura. Nas décadas de 80 e 90, assistiu-se ao maior progresso já verificado, tanto a nível de financiamento como de realização de projetos relacionados com a adesão de Portugal à União Europeia em 1986. Passou assim, a verificar-se um rumo orientado para o mercado. As instituições culturais evidenciaram vontade em estabelecer critérios comerciais, manifestando interesse em apresentar eficiência,

rentabilidade, competitividade e modernização e a gestão cultural passa a ser uma importante fonte de receitas.

“Patenteando a pertinência do setor da cultura na orgânica do Governo, em 1995 foi criado pela primeira vez em Portugal um Ministério da Cultura” (Silva, 2007, p. 12). No entanto, a sua efetivação foi ao longo dos anos, intermitente, tendo inclusive passado pela Secretaria de Estado⁵ ou diluída em outros ministérios (Santos, 1998, p. 76). Ao longo dos tempos as políticas culturais nacionais têm versado sobre várias ações: a democratização da cultura (acesso aos bens culturais), a descentralização da oferta cultural, a afirmação da identidade cultural nacional e regional, verificada na valorização das tradições, a salvaguarda do património, no apoio à criação e no incentivo à prática de mecenato cultural, são alguns exemplos de políticas culturais.

1.5.2 Contribuição das políticas culturais

Em termos gerais, apresentam as políticas culturais respostas que sejam simultaneamente diversificadas e abrangentes, democráticas e eficazes?

Segundo Barbieri (2015) não tem havido progressos significativos na construção de ferramentas que clarifiquem as repercussões que as políticas culturais podem ter no âmbito de processos sociais e efeitos transversais e “sobre a contribuição (ou falta dela)” para discussões sobre “o desenvolvimento de identidades coletivas flexíveis, a regeneração de laços sociais, o desenvolvimento pessoal autónomo e criativo” e ainda, na “democratização da geração de conhecimento e acesso ao mesmo, a valorização de certos grupos (crianças, idosos) ou a governação abrangente do território” (Barbieri, 2015, p. 30).

Na reflexão levada a cabo por Natália Azevedo, “o universo designado de políticas culturais mantém a sua centralidade no campo analítico e social, seja ele europeu, nacional ou regional/local” (Azevedo, 2014, p. 131). Para a autora, as políticas culturais enquanto propostas de leitura e de intervenção, apresentam-se no âmbito de projeto que permitem desenhar e concretizar dois princípios de uma mesma questão: “as práticas de cidadania ativa na relação com as culturas e as artes; e a avaliação sustentada da maior ou menor distância entre os pressupostos de atuação delimitados e as práticas sociais de criação, mediação e receção culturais”. Por outro lado, e em defesa dessa discussão central, possibilitam “averiguar até que ponto as práticas culturais e artísticas dos diferentes atores sociais – sejam criadores e políticos, sejam mediadores e recetores – fundamentam um saber viver situado (porque inscrito em territórios físicos e sociais) das

⁵ Desde a criação do Ministério, somente entre 2011 e 2015 o mesmo não existiu, estando a área da Cultura subordinada ao Secretário de Estado da Cultura adstrito à Presidência do Conselho de Ministros.

culturas e das artes”. No final dos primeiros dez anos do século XXI, as ações municipais continuam a provocar dúvida quando percebidas como “práticas políticas de democratização cultural e artística dos tecidos sociais locais. Nada melhor do que questionar tais modalidades de conceção e intervenção por via de um esforço ainda algo distante: observatórios regionais/locais de avaliação e intervenção” (Azevedo, 2014, p. 143)

Para concluir, e estabelecer um paralelismo do que fora afirmado anteriormente, retoma-se aqui, novamente, o conceito de cultura expresso por Zygmunt Bauman, já anteriormente referido, segundo o qual, a criação de normas restritivas implica a criação de uma ordem cultural, sendo a cultura uma espécie de modelo comportamental tanto de indivíduos como de comunidades. A cultura é criada pelo homem e tem um papel importante na vida do mesmo, é criada pela liberdade, mas ao mesmo tempo limita essa liberdade (Bauman, 1980, pp 73-92), pois muitas vezes é dentro do orgulho que as culturas se fecham e, passado um certo tempo perecem ou apodrecem.

1.6 Políticas culturais autárquicas

A ideia de cultura deve ser percecionada como um direito fundamental que deve ser garantido pelo serviço público, como já referido ao longo deste trabalho. Nesse sentido, as autarquias têm tido um papel indiscutível nas políticas culturais. Com a Constituição da República de 1976, legitimou-se o poder da Administração Local, conferindo assim autonomia às autarquias. Augusto Santos Silva (2007) menciona que “os 308 municípios existentes têm geralmente a função não de produtores de políticas culturais, mas sim de recetores, tanto das políticas nacionais como europeias” (Silva, 2007, p. 25). O facto de as autarquias serem mais recetoras de políticas está previsto pela lei, pois é responsabilidade do Estado, em colaboração com os agentes culturais, “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum” (artº 78 da Constituição da República Portuguesa). Nessa acepção, uma lei mais recente referente às competências da administração local, entre outros propósitos, “estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais” (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro). Também de acordo com a mesma lei, está definido que são “atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”. “De entre as várias atribuições dos municípios, encontra-se o domínio do património, da cultura e da ciência” (Artigo 23º da Lei nº 75/3013, de 12 de setembro).

Mais uma vez se percebe que a cultura tem sido um fator importante para a imagem interna e externa de Portugal, sobretudo para o desenvolvimento local. Nesse sentido, nas

políticas culturais autárquicas há duas características que se destacam. A primeira é o protagonismo da Câmara Municipal na concretização das mesmas, face às freguesias (nível inframunicipal) e as associações de municípios (nível supramunicipal), as quais excepcionalmente têm iniciativa própria no campo cultural, devendo-se o facto às suas limitações ao nível das atribuições e competências de cariz político “relativas a uma certa tendência neocentralista de nível municipal face às freguesias [...], mas também por razões administrativas, inerentes à insuficiência dos meios humanos e financeiros das freguesias” (Montalvo, 2003, p. 259).

A segunda característica é apresentada por Augusto Santos Silva como sendo “a indiferenciação ideológica, que significa que a atuação cultural é independente da cor partidária no poder (Silva, 2007, p. 13). Porém, nem sempre se verifica a afirmação proferida pelo autor. Se, por outro lado, Santos Silva assegura que existem três características do poder local, também mencionadas por diversos autores, que sublinham a referenciada indiferenciação: a consensualidade (as ações são tidas como evidentemente necessárias), o presidencialismo (o Presidente da Autarquia desempenha um papel central na autarquia) e a formulação de prioridades em patamares (em que a cultura é a última) (Silva, 2007, p. 13), pode efetivamente haver unanimidade em certas questões, verificando-se que o presidencialismo é habitualmente notável.

Por outro lado e segundo Augusto Santos Silva (2007), as determinações autárquicas são também influenciadas pelo tempo, pela evolução natural, pela mudança de modelo, seja a nível ideológico, ou a nível técnico. De acordo com o referido, a política nacional é uma das maiores referências na ação cultural das autarquias. Exemplo do exposto são as parcerias que têm sido estabelecidas pelo Estado com as autarquias locais, na implementação de redes culturais. Com uma cobertura nacional, vários programas de Redes de dinamização cultural em diversos domínios, foram criados desde 1987 com resultados satisfatórios. “A maior parte das autarquias, vendo as vantagens dos programas, aderiram, aceitando partilhar custos ou gerir equipamentos culturais (Silva, 2007, p. 14). A precursora nestes programas de Redes foi a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, criada em 1986. Posteriormente, foi estabelecida a Rede de Bibliotecas Escolares (1996). A estas acrescem a Rede de Teatros e Cineteatros (1999), a Rede Municipal de Espaços Culturais (1999) e o Programa de Apoio aos Arquivos Municipais (PARAM) (1998) (Neves e Lima, 2009). O Programa de Difusão de Artes do Espetáculo (1999-2002) “dá continuidade, embora com características próprias e aspectos inovadores, à intervenção do Estado na difusão das artes do espetáculo, procurando contribuir para a correção das assimetrias regionais no acesso à cultura” (Santos, 2004, p. 25).

Também a constituição da Rede Portuguesa de Museus (RPM) em 2000, que compreendia museus de tutela pública e privada, contribuiu para o progresso da Museologia em Portugal, assim, “a evolução do panorama museológico nacional é marcada pelo crescimento” (Neves, Santos e Lima, 2013, p. 32). Consequentemente, os museus gozaram de uma evolução positiva, não somente no que se refere à qualidade, mas igualmente em questões de qualidade, como se pode verificar: “esta análise longitudinal permite concluir pela melhoria dos níveis de qualificação dos museus em Portugal uma vez que aumentou o número de museus que cumprem o conjunto de critérios considerados” (Neves, Santos e Lima, 2013, p. 169).

Sobre uma melhor compreensão do compromisso dos municípios na requalificação de equipamentos, é essencial ter em conta a forte ligação da cultura ao turismo. “Para alguns concelhos o turismo cultural tem constituído uma aposta central nas dinâmicas concelhias, criando fortes oportunidades para o desenvolvimento económico local” (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006, p. 36). No que tange aos programas de Redes, os mesmos procederam a um desenvolvimento positivo para Portugal na área da cultura, em consequência do esforço conjunto da administração Central e da Administração Local para um propósito comum. Verificou-se, portanto, um acumular de esforços e uma complementaridade, isto é, as autarquias intervieram em áreas onde a Administração Central não exercia igual domínio (como por exemplo o associativismo) e vice-versa.

Em vista disso, a participação dos municípios nestes programas de Redes gerou uma oportunidade para as Câmaras Municipais puderem partilhar custos de investimento de capital, contribuindo ainda para o crescimento e importância da cultura nas autarquias. Augusto Santos Silva considera, que “existem fatores de variação das políticas culturais locais”. Um dos fatores “é a política nacional” já anteriormente mencionada, “pelo facto de ser o Poder Central” que as elabora, numa primeira fase, sendo a administração local que, posteriormente, as adapta de acordo com os objetivos e meios disponíveis. Quanto ao outro fator de variação, que o autor aponta, diz respeito “às qualificações dos responsáveis municipais pelo setor cultural”. O último fator referido que o autor entende ser importante ter em conta, “é o plano discursivo, no qual a cultura, enquanto expressão da identidade local, pode assumir uma centralidade multidimensional, no intuito de desenvolvimento da comunidade e de afirmação no contexto global contemporâneo (Silva, 2007, p. 17).

Em vista do exposto, a cultura tem vindo a ter cada vez mais visibilidade nos municípios e a ocupar um espaço privilegiado em diversas iniciativas e projetos. Uma das variáveis de análise das políticas culturais é a despesa com o setor cultural, como indica Neves “a análise da despesa pública municipal com o setor da cultura, desde que há dados

detalhados (1986, ano da adesão de Portugal à Comunidade Europeia) (CE), mostra que se registou um aumento exponencial” (Neves, 2010, p. 125).

No entanto, e apesar de a cultura ocupar um espaço cada vez mais privilegiado nas autarquias, as políticas culturais no âmbito local não se apresentam mais fáceis. A proximidade com a população que ajuda os políticos, também os vulnerabiliza pela necessidade de efeitos a curto-prazo. A transitoriedade eleitoralista de um espetáculo de teatro ou de uma exposição reportam, na maioria das vezes, para segundo plano outro tipo de aposta na cultura, que na subsequência destas políticas, despontam as mais variadas censuras a esse pensamento político, como afirma Américo Rodrigues: “sem obra, sem equipamento, sem inauguração e muito menos edifício para lembrar a acção autárquica”. Ainda na continuidade do referido, Américo Rodrigues infere que a proliferação de alguns investimentos espalhados pelo país em matéria de equipamentos culturais foi “uma enorme contribuição para o desenvolvimento da...construção civil” (Rodrigues, 2009, p. 69).

Depreende-se, assim, que não existe necessidade de edificação de novos equipamentos tendo em conta o não-aproveitamento dos que já existem. Porém, há que referir que a crítica do autor não se aplicará na sua generalidade absoluta, haverá autarquias que prezam a cultura de forma autêntica, contribuindo para o desenvolvimento local sem pensar na renovação de mandatos. As subtilezas e meandros que envolvem esta discussão não se esgotarão e nem terminarão, pelo que neste campo de reflexão, é já um clássico do modelo de conduta que cada um adquire perante o meio onde se relaciona.

A política é entendida atualmente como um objeto privilegiado do esquecimento e de desconsideração, demonstrada na ausência de valores que serviam até há pouco tempo de pontos de referência para a prática do exercício do poder e o saber teórico. Deteriora-se hoje em dia em teorias parciais, volúveis e exclusivamente instrumentais. Apesar da transparência interpretativa do artigo 43º da Constituição da República Portuguesa intitulado «Liberdade de aprender e ensinar», são proficientes os casos em que é evidente a “mão invisível” dos autarcas por detrás da definição de programações, projetos, eventos e iniciativas públicas de cultura, como um direito natural ou real. Em contrapartida, a cultura está presente em todas as ações do indivíduo e na sua inter-relação com a comunidade, será esse exercício a gênese da política. A liderança da Nação ou de um território devem ter como único propósito o progresso da sociedade e essa atitude progressista ou transformadora, tem de passar obrigatoriamente pela cultura e pela difusão e implementação de políticas culturais, em que a gestão pública seja entendida como prioritária e social, como alavanca do desenvolvimento.

Convém reforçar, em consonância com Rui Matoso⁶, que uma das ambiguidades intrínsecas à denominação “política cultural” é poder pensar-se que equivale a uma administração das atividades culturais, no sentido em que se produz e programa a ação cultural. Por isso, há que frisar que a administração pública, o Estado, ou qualquer forma de governação política local ou regional não concebe, nem programa cultura. Pode e deve apenas produzir estrategicamente em outros domínios que não as da produção (criação): distribuição, acesso, democratização, regulamentação, salvaguarda, desenvolvimento, sustentabilidade, etc. Portanto, as autarquias não podem ambicionar delimitar, dirigir, controlar ou tutelar a cultura, mas antes a estimular uma efetiva participação e a autonomia da multiplicidade dos agentes (Matoso, 2013).

Assim, pode perceber-se que um dos objetivos fundamentais das políticas públicas de cultura é o de desenvolver o protagonismo cultural da sociedade civil, das populações, dos artistas e criadores, dos grupos amadores, das associações, das indústrias culturais e criativas, na sua potencial multiplicidade e riqueza de conteúdos. Este entendimento tem como pressuposto o dever de dar autonomia de forma evidente às instituições e aos equipamentos culturais públicos, salas de espetáculo, museus, galerias, etc., garantindo as condições de trabalho e a independência aos seus responsáveis. Paralelamente, devem exigir-se formas de gestão e avaliação intrínsecas a um serviço público de qualidade e dinamizador de práticas democráticas frequentes.

Conclui-se, pois, que só com um forte pensamento estratégico se pode e deve defrontar a dimensão cultural da política. Ou seja, medidas inconsistentes, fantasias pessoais ou eventos sazonais, não são necessários nem suficientes para executar uma política cultural.

1.7 O Desenvolvimento Local

Enquanto estágio avançado, o desenvolvimento é, sem dúvida, o suporte de qualquer sociedade contemporânea, visto estar associado a outras conceções como o bem-estar, o progresso e a realização. Historicamente, a noção de desenvolvimento enquanto conceito versado pela ciência é relativamente recente, tendo surgido após a 2ª Guerra Mundial. No entanto, as primeiras alusões ao desenvolvimento/progresso aconteceram no século XVIII relacionadas com a conjuntura da Revolução Industrial e os axiomas da Revolução Francesa.

⁶ Políticas Culturais e Democracias Locais: Desafios para as próximas eleições autárquicas (III)
www.esquerda.net › opiniao › políticas-culturais-e-democracias-locais...[Consultado a 26 de fevereiro de 2020].

Nesta linha, Amaro (2004) considera que foram múltiplos os fatores que ajudaram ao surgimento do conceito de desenvolvimento no pós-guerra, aparecendo como principal fator o processo de independência das colónias europeias que na sua nova condição ambicionavam alcançar os modelos de vida dos ex-colonizadores. No entanto, as políticas de desenvolvimento baseadas no crescimento económico levaram ao aparecimento de grandes assimetrias, não só entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas mesmo dentro dos próprios países desenvolvidos, verificando-se que regiões cuja parca atratividade não captou investimentos, os territórios tornaram-se deprimidos e economicamente dependentes.

Apesar das assimetrias verificadas e aqui referidas, um novo paradigma tem surgido nas últimas décadas associado um pouco ao receio do desaparecimento de alguns aspetos económico e cultural que caracterizavam territórios outrora repletos de vida, e que, correm o risco de perder a sua identidade. Assim, um paradigma com base nos territórios e nos agentes locais procura soluções partilhadas num modelo de baixo para cima e aposta num modelo de desenvolvimento, que aproveita os recursos e as capacidades que o meio local lhe proporciona no sentido de responder às necessidades primárias dos indivíduos, como nos referem Rita e Mergulhão:

potenciar e valorizar só se consegue se i) a ideologia dominante deixar de ser aquela que se baseia na competitividade e no crescimento económico puro e ii) se houver e for estimulada a participação das populações, participação essa que é tão importante na fase de diagnóstico da situação como na fase de execução das estratégias previamente definidas e da avaliação dos resultados (Rita e Mergulhão, cit. in em Lemos, 2013, p. 34).

Como se depreende do exposto, o desenvolvimento local pode entender-se como uma forma de recuperação do potencial endógeno (apoiado pela inovação), no contacto entre os vários agentes de decisão (não deixando de respeitar o meio envolvente) e de modo, que se satisfaçam as necessidades básicas de todos (centrado nas pessoas), numa perspetiva sustentável.

1.7.1 Relação entre cultura e desenvolvimento

A história da humanidade revela-nos um certo antagonismo na relação cultura /desenvolvimento, sendo que a cultura está diretamente relacionada com as ciências sociais, a sociologia e a antropologia, como já visto no capítulo que aborda o conceito de cultura, e que apresenta uma larga tradição teórica. Por sua vez, o conceito de desenvolvimento, surge essencialmente nas ciências económicas, embora nos últimos tempos se apresente associado ao desenvolvimento da cultura ou dos sistemas culturais. Convém explicar, no entanto que, o que aqui se procura demonstrar é a relação da cultura

com o desenvolvimento, isto é, de que forma os processos culturais contribuem de modo decisivo para o desenvolvimento local.

Desde os anos cinquenta do século passado que a relação da cultura com o desenvolvimento é um tema frequentemente debatido sem, contudo, se encontrar uma trajetória consensual da interpretação na relação que a cultura deverá ter no desenvolvimento, uma vez que em cada país ou mesmo nas regiões pode haver diferentes visões sobre a cultura. Naturalmente existe uma diversidade cultural entre nações e mesmo dentro delas, como já referido, não se podendo estabelecer padrões ou referências universais. O desenvolvimento local é um processo para todas as pessoas e não somente para algumas, independentemente do seu estatuto ou local onde vivam. Alberto Melo (1998) considera que o desenvolvimento local deve ser “uma vontade comum de melhorar o quotidiano: essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro” (Melo, 1998, p. 5). É neste encadeamento que a cultura ganha identidade e se transforma em veículo de desenvolvimento, e para uma melhor fundamentação do referido, é importante mencionar alguns elementos gerais que na teoria e na prática esclarecem de forma mais clara os princípios do Desenvolvimento Local. Como ideias-força podem apontar-se os seguintes itens referidos por Lopes (2012):

- “O Desenvolvimento Local assenta numa base territorial demarcada, privilegiando os valores de pertença e identificação comunitária de carácter local (territorialização). O enfoque é um espaço geográfico estruturado, de dimensão variável, no qual se constroem identidades e cumplicidades, com dinâmica própria, e se mobilizam recursos e vontades;
- Associada a um território, encontramos uma comunidade local. A existência de uma comunidade local com laços próprios em torno de uma identidade própria, com interações sociais variadas, torna-se o centro dos processos de desenvolvimento;
- A valorização da participação da população através da mobilização das suas capacidades e recursos constitui outra das referências principais do Desenvolvimento Local. A participação, entendida como um processo de cooperação para atingir objetivos comuns, mas também como uma forma de aprofundamento de aptidões e de tomada de consciência crítica do papel de cada indivíduo na responsabilização coletiva;
- Entendendo o “local” como um espaço complexo, onde se entrecruzam as variáveis económicas, sociais, ambientais e culturais, a intervenção integrada e interdisciplinar é privilegiada;

- Partindo de uma construção *bottom-up*, existe uma identificação dos problemas e das suas soluções de forma partilhada, já que todo o trabalho se deve realizar partindo de parcerias locais alargadas que envolvem entidades privadas e públicas, participações individuais e coletivas” (Lopes, 2012, p. 25).

Perante as variantes descritas, pode concluir-se que, o conceito do Desenvolvimento Local encerra em si potencialidades e vantagens que fundamentam o seu uso na definição de medidas políticas e na estruturação de formas de intervenção, particularmente nas últimas décadas. Tendo o território, as populações e as suas dinâmicas como objeto principal de atuação. Será, portanto, esse o foco da “intervenção da dimensão cultural enquanto instrumento colocado ao serviço de lógicas de desenvolvimento integrado e sustentado” (Santos, 2012, p. 63).

1.7.2 Papel das políticas culturais no desenvolvimento local

O papel da cultura no desenvolvimento local é, atualmente, amplamente reconhecido, mesmo se essa preocupação não se traduz numa estruturação efetiva no quadro das políticas públicas. Nas palavras de Santos (2012) a cultura, ocupa ainda, uma “dimensão periférica na definição das políticas municipais de desenvolvimento” (Santos, 2012, p. 62), no entanto refere que, por outro lado, a mesma, é “frequentemente, o resultado de intervenções casuísticas a que falta o devido enquadramento estratégico” (idem, *ibidem*). Da reflexão que se tem vindo a desenvolver, percebe-se que, os mais variados aspetos da cultura de cada povo podem favorecer o desenvolvimento económico e social se, efetivamente, se respeitar a diversidade cultural na construção de projetos de transformação, focados nas potencialidades locais que se reforçam nas diferenças históricas, geográficas e culturais da sociedade e território local. Percebe-se ainda, que a relevância do estudo das relações existentes entre diversas culturas e os processos de desenvolvimento têm despertado bastante interesse em muitos autores, no entanto, foi somente no âmbito da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada no México em 1982, numa iniciativa da UNESCO, que a expressão 'desenvolvimento cultural' foi reconhecida, assumindo que, o “desenvolvimento só tem um verdadeiro sentido quando permite aos indivíduos e aos povos viver melhor e realizar na plenitude as suas aspirações morais, espirituais e o pleno florescimento das suas faculdades criadoras” (Rist, cit. in Trennepohl, et al 2007, p. 153).

Em consequência dessa deliberação, também em Portugal como em muitos outros países, a importância na definição de políticas culturais comprovadamente cresceu, dada a quantidade verificada de investimentos e responsabilidades na criação e gestão de

equipamentos culturais e de apoio às artes. Segundo o observatório das publicações *Quaternaire* (2012), o incremento da importância dos municípios no âmbito das políticas para a cultura ocorre conjuntamente com a importância crescente da cultura no contexto das políticas de desenvolvimento local, de modo que estes dois movimentos não podem ser dissociados. No entanto, nessas investigações, os autores da publicação referem que da análise são consideradas algumas questões críticas do ponto de vista quer da pesquisa académica, quer do planeamento:

- “A autonomia das políticas públicas locais num país marcado pela concentração territorial de recursos;
- A interação entre as políticas públicas e as características estruturais das áreas urbanas;
- “A adequação de políticas municipais de novas formas culturais, públicos, práticas de consumo e de produção cultural”;
- “Os desafios locais ao nível dos apoios sociais, dos recursos financeiros, da *governança* e da sustentabilidade”.⁷

O papel das políticas culturais no desenvolvimento local demonstra que, apesar das vias seguidas para o desenvolvimento, subsistem diversas contrariedades. Ou seja, não se podem dissociar as políticas culturais do desenvolvimento local, no entanto, a necessidade de proteger os critérios de valor, sem os quais não podem existir políticas culturais coerentes, devem estar sempre presentes nos diversos círculos de legitimação cultural, evitando a redução ao suposto gosto das elites e a sua hierarquização das políticas culturais. Para tal, é fundamental assumir que uma política cultural é uma política de mediação, sendo os seus destinatários, as pessoas. O desenvolvimento local requer, atualmente, uma visão cultural e pede o desenvolvimento da cultura e percebe-se não só que o desenvolvimento da cultura é condição necessária para o desenvolvimento em sentido lato, mas, também, que perspetivar culturalmente o desenvolvimento é vantajoso para setores como o da economia, inclusivamente para a política.

1.7.3 Importância dos laços entre cultura e desenvolvimento

⁷ “As políticas culturais e desenvolvimento local” – Quaternaire. Em: www.quaternaire.pt > Publicações, [consultado a 4 de janeiro de 2020].

Se a cultura é percebida como condição necessária para o desenvolvimento, pergunta-se, porque é que os portugueses são dos cidadãos da União Europeia com menores taxas de participação em atividades culturais?

Apesar de se apontar a crise económica vivida no período compreendido entre 2010 e 2014 consequência impeditiva dos portugueses não acederem aos bens culturais, considera-se, no entanto, que o facto ultrapassa a crise referida. A falta de estímulo do ensino cultural nas escolas, a indiferença dos decisores políticos e a sociedade em geral em valorizar a cultura e a falta de um maior investimento por parte do Governo, são fatores que contribuem de forma categórica para o consumo da cultura.

Dados de um Eurobarómetro de 2017⁸ refere que Portugal é o quinto país da União Europeia que menos emprega no sector da cultura, os trabalhadores nesta área eram 2,3% do total em 2015 (dados mais recentes) e somente 17% dos inquiridos, afirmam visitar regularmente, museus, monumentos, festivais e concertos. De entre as causas mencionadas 45% dos 1062 inquiridos das entrevistas realizadas entre setembro e outubro de 2017, respondeu que a falta de interesse é a principal razão para não consumirem mais bens culturais.

Apesar da afirmada falta de interesse no consumo de bens culturais, no mesmo inquérito, os portugueses auscultados consideram que as autoridades nacionais, regionais e locais devem investir mais em cultura, devendo os agentes: (autoridades nacionais; União Europeia; autoridades locais e regionais; cidadãos; comunidades locais; escolas e universidades; benfeitores e patrocinadores; Associações, ONG, instituições de caridade e empresas privadas), proteger o património cultural, o que demonstra que os cidadãos portugueses valorizam o património cultural, apesar da parca participação e mobilização em torno das oportunidades que o património cultural oferece.

Um fator de esperança surgiu aquando da campanha eleitoral do PS para as legislativas, o então candidato a Primeiro-Ministro, António Costa, num dos discursos eleitoralistas promovia a campanha defendendo que: “Mais do que um Ministério da Cultura, precisamos de um Governo de cultura”⁹. Claro está que, após o primeiro mandato de quatro anos, a promessa ficou por cumprir, porque, de facto, mais importante do que ressuscitar o Ministério da Cultura (reduzido a uma secretaria de estado na anterior legislatura de Passos Coelho), o país precisava de políticas culturais audaciosas e,

⁸Nota Estatística: Eurobarómetro Especial/Atitudes e opiniões ...em: www.gepac.gov.pt › nota-estatistica-n-2-de-2018-pdf. [consultado a 14 de janeiro de 2020]

⁹<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-crespo/um-governo-com-pouca-cultura-10247478.html>. [consultado a 14 de janeiro de 2020]

sobretudo, de um ministério com peso político e com o mínimo de cultura. O que não se verificou.

O primeiro dos três ministros que ocuparam o lugar no ministério foi João Soares, que saiu após se ter mostrado descontente com os que o criticavam pela inércia demonstrada nos quatro meses de governação à frente da pasta da cultura. O segundo, Luís Castro Mendes, saiu, após 30 meses em que ocupou o Ministério da Cultura, período em que criou um novo modelo de apoio às artes contestado por representantes da cultura e das artes. Em 2018 assumiu a pasta da cultura a terceira Ministra, Graça Fonseca, onde se mantém até à data. No entanto, e apesar da existência de um Ministério da Cultura, os críticos continuam a afirmar que o país está longe de ter um Governo de Cultura, muito devido aos sucessivos cortes no apoio às artes nos vários Orçamentos de Estado (OE), onde a tímida recuperação registada na última legislatura se apresenta insuficiente para fazer face aos danos infligidos no período da dita crise financeira em que o país esteve mergulhado, e tão pouco, para respeitar o direito à criação cultural constitucional democrática, consagrada na Constituição da República Portuguesa ao nível das tarefas fundamentais do Estado, dos direitos, liberdades e garantias¹⁰ e dos direitos e deveres culturais¹¹.

Continua, pois, a ser insuficiente o programa de apoio financeiro que o Estado atribui à cultura, longe do 1% que a classe artística portuguesa e alguns partidos políticos exigem. Prevê-se uma despesa total para o setor da cultura e da comunicação social pública de 523,4 milhões de euros, em que mais de metade (55,4%) se destina ao canal público de televisão. Ainda assim, e relativamente ao ano anterior, verificar-se-ia um aumento de 4,4% se efetivamente houvesse a certeza prévia de que os 523,4 milhões de euros anunciados fossem integralmente executados. Há, no entanto, a certeza de que o Governo irá manter as regras relativas às cativações em 2020, o que impõe muitas reservas.

Em conformidade com o exposto, Amarílis Felizes menciona que ao ritmo que os diversos OE têm definido os valores a atribuir à cultura, para atingir o 1% do total das

¹⁰ Aditado pelo/a Artigo 19.º do/a Lei Constitucional n.º 1/82 - Diário da República n.º 227/1982, Série I de 1982-09-30, em vigor a partir de 1982-10-30. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Consultado em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202001201808/127982/diploma/indice>, [consultado a 20 de janeiro de 2020].

¹¹ Alterado pelo/a Artigo 42.º do/a Lei Constitucional n.º 1/82 - Diário da República n.º 227/1982, Série I de 1982-09-30, em vigor a partir de 1982-10-30. Consultado em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202001201808/128019/diploma/indice>, [consultado a 20 de janeiro de 2020].

despesas “seriam precisos mais 25 anos”¹². Ora, a autora crítica exatamente o investimento do Estado na Cultura e a forma como se prevê a sua distribuição, sendo, como já referido no anterior parágrafo 55,4%, ou seja, mais de metade do orçamento destinado à RTP. Ao Fundo de Fomento Cultural (FFC), estão destinados 34,06 milhões de euros. Ao Organismo de Produção Artística (OPART) o valor a atribuir fixa-se nos 23,54 milhões e ao Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) 16,87 milhões. Aos teatros nacionais, D. Maria II 8,26 milhões, ao São João no Porto 6,58 milhões. Já o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural receberá 935 mil euros.

No entanto, “o relatório do OE realça a vontade do Governo reforçar a área da Cultura e reafirma o objetivo de que esta venha a dispor, até ao final da legislatura, de 2% da despesa discriminatória prevista no OE”¹³. Assim e conforme o documento, “para prestar contas públicas sobre a concretização deste compromisso, será aprovada e implementada em 2020 a conta satélite da Cultura”. Todavia, e apesar das informações contraditórias que o setor vem experienciando ao longo das várias legislaturas, importa que cresça e entre nos objetivos da política cultural em 2020. O atual OE destaca, entre outros itens, “modernização e transformação digital dos museus, monumentos e palácios nacionais e regionais” também a “aquisição de arte contemporânea e coleções de arte” e ainda, “dinamização de programas para o livro, a leitura e a rede de bibliotecas”. Se efetivamente os anseios do Governo vão no sentido de fomentar “maior envolvimento de cidadãos e empresas”, conforme referenciado no documento oficial do OE para 2020 o setor da Cultura é definido como uma “área estratégica e transversal”. A necessidade de investimento configura-se como um dos eixos prioritários, por forma a assegurar a continuidade da produção cultural garantindo a evolução das sociedades, o que leva a concluir que as políticas culturais não podem ser pensadas unicamente em termos instrumentais e economicistas, mas antes numa lógica sistémica e relacional onde possam entrar outros fatores como “ações estruturantes”. Isto é, ações que promovam equilíbrios e o desenvolvimento efetivo do campo cultural, reforçando simultaneamente a participação de todos e, conseqüentemente, a procura dos bens culturais.

Conclui-se a presente reflexão sobre o papel das políticas culturais no desenvolvimento local, enfatizando a análise efetuada por Maria de Lurdes Lima dos Santos, acerca das Políticas Culturais em Portugal aquando da comunicação apresentada

¹² Amarílis Felizes. Consolidação orçamental perpetua a austeridade na cultura. Em: <https://www.esquerda.net/opiniao/consolidacao-orcamental-perpetua-austeridade-na-cultura/65103>. [consultado a 22 de janeiro de 2020]

¹³Orçamento do Estado 2020 - Orçamento do Estado 2020 em: <https://www.oe2020.gov.pt/orcamento-estado-2020/>, [consultado a 21 de janeiro de 2020]

no V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural, Almada, 2007, onde referia que a política cultural:

É uma acção do poder político estruturada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentais, pelos quais se procura melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade, através de actividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, deve ter um raio de acção amplo, incidindo sobre as diversas faixas da população, de fácil acesso e democratização, de uma forma una e integrada¹⁴.

Porém, e como exposto nas alíneas que precedem, no caso referente a Portugal, o financiamento tem sido sucessivamente questionado. O debate a respeito destas matérias está sempre presente na difícil relação entre os poderes públicos e os produtores culturais, antevendo-se um longo caminho na procura de soluções na área da cultura. Ao longo dos tempos, têm-se vindo a observar e a constatar grandes mudanças na sociedade. Por um lado, alcançou-se a inovação e o progresso em diversas áreas, deixando o homem orgulhoso das suas conquistas, e por outro, a desilusão com grandes atrocidades que se vão fazendo em prol do capitalismo exacerbado. No entanto, deve persistir a esperança de que a cultura como ferramenta unificadora, caminha no sentido de construir uma democracia plena para todos os povos.

1.8 Associativismo

Depois do exposto nos pontos anteriores no que à noção de cultura, política cultural e desenvolvimento local diz respeito, a questão central, o associativismo, que segundo Viegas (2004) “existe um largo consenso sobre a importância das associações na vida democrática das sociedades desenvolvidas” (Viegas, 2004, p. 34) contribui de forma positiva, para o desenvolvimento local. A diversidade de entendimentos num mundo cada vez mais global, em que cada lugar, cada comunidade, não pode projetar-se de outro modo que não seja o da expressão da sua cultura, da sua identidade, das suas tradições e da sua inteligência criativa, pelo seu papel de promoção, divulgação e preservação da cultura, o associativismo tem estado na linha da frente da política cultural. O associativismo implica por inerência, a agregação de pessoas, individuais ou coletivas, em prol de interesses comuns, sem qualquer interesse corporativo, mas, antes e tão-somente interesses sociais, como se pode constatar nas afirmações de Silva:

Desde sempre, o ser humano teve necessidade de viver em grupo, pelo que o associativismo não pode ser visto como uma actividade recente, porque há milhares de anos, o ser humano descobriu a importância de viver em grupos para garantir a sua sobrevivência e percebeu que ao realizar acções conjuntas atingiria melhores resultados (Silva, 2008 cit. in Silva, 2011, p. 11).

¹⁴ As Políticas Culturais Municipais como fator de Desenvolvimento Local – Por Miguel Peres Santos. Em: avozdoalgarve.pt/detalhe.php?id=27851. [consultado a 21 de janeiro de 2020].

Consequentemente à nota apresentada na citação referida por Silva (2011) é importante fazer uma leitura sobre o associativismo como hoje o conhecemos em Portugal. (Correia, 2009, p. 19) apresenta o associativismo como “Uma das mais belas e perfeitas expressões da vida social” e aludem que a primeira coletividade terá sido fundada em 1722, evoluindo nas suas formas de organização, funcionamento e resposta às necessidades das populações, construindo soluções para os problemas que cada um por si não conseguia resolver e substituindo muitas das funções sociais do Estado que, em cada caso concreto, não quiseram, não puderam ou não souberam resolver.

Monteiro (2013) refere que o associativismo teve a sua origem nos inícios do século XIX, sob uma forte influência de dois momentos de extrema importância para o mundo ocidental: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, ainda durante o século XVIII e a Revolução Francesa (1789-1799), sob o lema: liberdade, igualdade e fraternidade. Foi nesse período que o movimento associativo teve o seu primeiro momento de implantação e expansão. A difusão destes ideais conduziu Portugal à Revolução Liberal de 1820. O autor refere que terá sido na década de 30 do século XIX, mais concretamente em 1834 que, com o início da expansão industrial começaram a surgir as associações populares como forma de responder às dificuldades diárias dos operários e como forma de estabelecer alguma diferenciação social própria deste desenvolvimento. Surgiram então as primeiras associações de socorros mútuos, que procuravam garantir alguns cuidados ao operário que ia deduzindo uma parcela do seu salário semanal para garantir em caso de necessidade alguns cuidados, assim como uma pensão de velhice.

Também Francisco Costa (2009), na sua reflexão sobre “o associativismo de ontem, de hoje e de sempre” no compêndio de Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal, menciona:

Se, noutros tempos, tudo gravitava à volta das instituições religiosas, que respondiam como podiam e sabiam aos problemas das populações, quase sempre bem e tempestivamente, quando outros ventos abriram caminhos novos, no pensamento e na cultura subsequente, começaram a eclodir novas soluções para as aspirações da sociedade (Costa, 2009, p. 33).

Terá sido no seguimento destas incorporações que Costa Goodolphim regista em 1876, a existência destas associações de socorros mútuos, referindo que seriam transversais a toda a sociedade, atravessando todas as classes. Como consequência, as populações organizam-se em grupos assentes na comunidade e partilha entre os membros, criando associações como forma de conseguirem encontrar, de forma solidária, soluções para as suas necessidades, mesmo que ainda não tivessem as componentes associativistas que, mais tarde, no século XX, iriam assumir. Terá sido em 1910 com a divulgação dos ideais republicanos e com a instauração da República, que o associativismo

ganha um novo impulso, particularmente no apoio aos sindicatos agrícolas, enquanto entidades de crédito agrícola. Foram criados os Grémios da Lavoura, as Casas do Povo e as Casas de Pescadores.

Apesar da designação de novos valores culturais e sociais, somente a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974 se abriram novos horizontes ao associativismo. As associações passaram a ser reconhecidas pelo Estado como instituições cívicas e de cariz democrático. Passou, então, a existir uma incitação a uma maior participação popular e um reconhecimento real de liberdades e direitos de cidadania, como por exemplo, na eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações, o que origina, durante esse período, o aumento do número de associações e de movimentos com carácter político verificando-se no seu âmbito a diversidade, como resultado do direito à liberdade de expressão (Monteiro, 2013, p. 22).

Do mesmo modo, Maria Meira (2009) no manual de “Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal”, refere que a revitalização dos princípios associativos proclamados após a Revolução de abril de 1974, levou homens e mulheres (que participam decidida e massivamente neste movimento) a se organizarem, e associarem, prosseguindo fins comuns, fossem eles de carácter social, económico, cultural ou político e acrescenta que, os direitos de associação durante décadas sequestrados traduziram-se após aquela memorável data, numa miríade de expressões associativas. Algumas delas terão desaparecido. Muitas outras, porém, resistiram e mantêm-se ativas, como associações culturais, recreativas, sindicais, cooperativas, etc. (Meira, 2009, p. 49).

Segundo a visão de Monteiro, a nível local, nos meios rurais, apenas foram surgindo algumas iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas das vezes por fragmentação das organizações existentes, nomeadamente as Casas do Povo, dando origem a vários grupos desportivos, a ranchos folclóricos ou a grupos de cantares que, desta forma, ganhavam a sua autonomia e legalização. Estas novas associações foram fruto, muitas das vezes, de rancores e desentendimentos antigos que, em democracia, já se podiam exteriorizar (Monteiro, 2013, p. 22). Martins segue nessa mesma linha ao afirmar que “cerca de metade das associações existentes na atualidade em Portugal, decorrem do período vivido pela revolução, a par do substancial aumento do número de associações” (Martins, 2009, p. 31).

Por conseguinte, e de acordo com Monteiro, no início dos anos oitenta do século XX, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No final da década, instituem-se as primeiras organizações focalizadas nas preocupações de desenvolvimento integrado, rural, local, comunitário, social, etc., verificando-se com a

integração em 1986 de Portugal na CEE, as oportunidades de participação da sociedade civil multiplicadas, através das suas organizações, em projetos e ações que foram sendo apresentados, sucessivamente, nos regulamentos dos quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país (1989-2006). Ainda, e segundo as afirmações do mesmo autor que refere que, por conta desses quadros comunitários divulgados com o objetivo de dar uma maior coesão económica e social, através da redução das disparidades existentes entre os membros da CEE e mais tarde, da UE, impulsionou o aparecimento de diversas associações, nomeadamente, as de carácter de desenvolvimento local, com o intuito de promover a educação, a arte e a cultura na cidade e na região (Monteiro, 2013, p. 23). Tais associações de desenvolvimento local tinham, e têm, como objetivo principal o acolhimento dos programas locais de desenvolvimento emanados do seio das instituições europeias.

Nesse sentido, podemos inferir que o associativismo se assume como uma das formas de expressão organizada da associação civil no âmbito da ação coletiva, como claramente procuram definir (Leonello, 2010, p. 17) tem-se “constituído em exigência histórica com o objetivo de melhorar a qualidade da existência humana”, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, promovendo através da troca de experiências e da convivência entre as pessoas oportunidade de crescimento e desenvolvimento. A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, sobretudo traduzida em condições que têm por objetivo contribuir para o equilíbrio e estabilidade social, como se percebe na descrição apresentada por Frantz:

[...] associativismo, com o sentido de co-operação, é um fenómeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a co-operação é entendida com sentido económico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida. (Frantz cit. in Leonello, 2010, p. 17).

1.8.1 Fatores que podem dificultar o associativismo

Apesar de o associativismo se assumir como uma das formas de expressão organizada da associação civil no âmbito da ação coletiva, como mencionado, também são identificados alguns aspetos que dificultam o mesmo. Soufen (2008) apresentar 11 fatores como aspetos negativos na prática do associativismo:

Individualismo: Existência dentro do grupo de indivíduos que trabalham em proveito do seu próprio benefício ou de desígnios contraditórios, verificando-se frequentemente nas entidades associativas. A consciencialização aumenta à medida que o

grupo vai crescendo melhorando o relacionamento e o grau de confiança, diminuindo a importância de indivíduos individualistas, dando o individualismo lugar à cooperação.

Falta de Metas e Objetivos: Para a existência de um grupo, há que ter necessariamente um objetivo definido. Existem diversas entidades associativas em que o objetivo da equipa não está claramente definido. Um grupo sem metas e objetivos perde facilmente a motivação. As metas conduzem um grupo ao foco e ao crescimento contribuindo para um maior desempenho e resultado, gerando dessa forma, mais e melhor motivação na equipa.

Falta de Conhecimento das Funções: Grande parte dos membros da direção e dos associados desconhecem os seus direitos, deveres e as normas estabelecidas no Estatuto Social e Regulamento Interno. É frequente encontrar integrantes do Conselho Fiscal que não executam as suas funções. O conhecimento das normas e a sua prática diminui os conflitos dentro do grupo, e permite alcançar os objetivos com mais facilidade.

Conflitos: De entre os fatores que auxiliam a redução dos conflitos estão: uma boa comunicação, transparência, quebra de individualismo, sentimento de empatia, diálogo, confiança, normas estatutárias estabelecidas e conhecidas, reajustando-as, e, quando necessário, uma visão empreendedora. A suplantação do conflito produzirá crescimento, caso contrário, o insucesso será uma realidade. Neste caso o importante é crescer e saber superar com a situação de conflito e não que o mesmo prevaleça.

Falta de Liderança: Para que o grupo possa crescer e atingir os seus objetivos é necessária uma boa liderança. A liderança deve ser exercida por todos de forma natural. Os cargos devem ser ocupados e as diversas funções assumidas para que a entidade exista. Competências natas podem despertar e revelar-se através do desempenho eficaz e eficiente que até então se encontravam ocultas para a liderança.

Falta de Vontade de Mudar: No associativismo a mudança deve ser constante. É saber aceitar as diferenças, saber ouvir, aprender com os outros e com o que a entidade proporciona. Todo o que se posiciona como “dono da razão” complica, decididamente, o processo associativo. Como tal, é imprescindível aceitar a mudança como um processo contínuo.

Participação: é importante participar no grupo onde está inserido. A legislação considera que todos devem participar, sabendo o que está a acontecer, conhecendo as normas estabelecidas. No trabalho em grupo a responsabilidade é sempre coletiva. A entidade deve estimular a participação, podendo inclusive penalizar a falta dela, através de

normas regulamentares. Mesmo que os sócios não correspondam ao processo, é importante criar um ambiente participativo e delegar tarefas. Apesar de a participação ser um processo lento, os líderes não podem desistir de a tentarem aumentar gradualmente.

Competição: Estando inserido num grupo faz com que as pessoas se tornem mais competitivas no mercado, o que não significa competir com os parceiros. Se existir competição entre os elementos, será prejudicial ao desempenho e harmonia do grupo.

Falta de Visão Empresarial e de Foco no Resultado: Ao faltar a visão empresarial, os problemas existentes passam a prevalecer quando o foco deixa de ser o resultado. A entidade associativa é uma extensão da empresa e mante-la coesa é importante para o resultado competitivo da empresa. A participação nas ações do grupo não deve ser considerada como ato de generosidade, nem tão pouco se deve condicionar a participação à disponibilidade de tempo: participar somente nos momentos livres. A entidade é de extrema relevância para a sobrevivência da empresa. A organização deverá estar sempre focada no resultado, divulgando, (re)debatendo e comemorando. O ser humano é estimulado pelo resultado e sem resultado o grupo não tem sentido.

Falta de Troca de Experiências: No contributo do crescimento pessoal e do desenvolvimento local a união e a troca de experiências são essenciais. Não é exequível a sua mensuração, mas será o maior benefício que cada participante irá conquistar. É extremamente importante para o desenvolvimento do grupo promover um ambiente de convivência e de troca de experiências.

Falta de Ações e Normas Regulamentárias: As ações desenvolvidas sem o estabelecimento de normas regulamentares promovem os conflitos e comprometem o ambiente de grupo. Para cada nova ação deverão ser definidas normas, reajustando-as sempre que necessário.

A relevância dos fatores apontados são referentes às dificuldades que as organizações sentem frequentemente, além das adversidades que se constituem na maioria das vezes na falta de colaboração de todos os membros e incumprimento dos seus deveres enquanto associados e que conduzem à fragmentação das associações.

1.8.2 Associativismo e desenvolvimento local

Na problemática do desenvolvimento local a questão central prende-se com a necessidade de criar sinergias e formas de organização populacional que representem os interesses locais. Neste desígnio, evidenciam-se as relações de vizinhança em que a partilha de identidades facilita a organização popular e a constituição de uma unidade

territorial. A forma mais eficaz dessa unidade territorial e da representação popular são as associações que pelas suas especificidades particulares contribuem para um modelo de participação democrático que segundo Viegas (2014) “poderão ter um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas” (Viegas, 2014, p. 42) e como refere o autor, são o pilar fundamental da sociedade civil, pois delegam para o domínio público os problemas que influenciam os cidadãos a nível privado. Na interação com as associações esses problemas transformam-se em questões sociais que, entretanto, irão ser discutidos no âmbito do domínio público, particularmente pela interferência dos meios de comunicação.

O efeito democrático produzido pelas associações é caracterizado por Warren citado em (Viegas, 2004) em três níveis: 1º as associações têm efeito ao nível individual, enquanto contributo de mais e melhor informação das capacidades simbólicas, do reforço positivo relativamente ao sentimento participativo, do aperfeiçoamento do sentido crítico como o desenvolvimento generalizado das competências cívicas; 2º as associações têm efeito ao nível do domínio público enquanto representantes das aspirações dos diferentes grupos; estabelecem a comunicação no campo de ação pública e promovem a interlocução pública. 3º as associações têm efeito no âmbito institucional, visto representarem interesses, identidades e o ónus normativo, apoiam manifestações coletivas quando necessário defender causas, gozam de influência sobre a efetivação de políticas de índole pública, coordenam e regulam.

Das contribuições dos diferentes autores sobre o assunto supramencionado, é possível concluir que efetivamente existem benefícios consideráveis para a participação democrática na atividade das associações. No entanto, essas consequências positivas podem variar conforme a tipologia da associação pelo facto de não ser um contexto linear. Brás (2000), citado por Monteiro (2002), vem também confirmar que as Associações de Desenvolvimento Local, efetuam um reconhecido trabalho em prol do desenvolvimento das comunidades locais. Seja no apoio a grupos sociais desfavorecidos, no envolvimento em programas nacionais e comunitários virados para a promoção da inserção e coesão sociais, lançamento de iniciativas de ordem social, económica e cultural, promoção da empregabilidade, incentivo à participação e ao *empowerment* ou na ação conjunta com os poderes autárquicos. Porém, afirma que, contrariamente a vários outros países em que as organizações ligadas ao desenvolvimento local gozam de uma definição legal própria, no contexto das diversas definições legislativas abrangendo organizações privadas sem fins lucrativos que em Portugal vigoram, não é possível encontrar contemplado um enquadramento jurídico específico para as Associações de Desenvolvimento Local. Desse modo, a denominação não procede de um regime legal que defina concreta e exatamente o que são e quem são as Associações de Desenvolvimento Local, surgindo empiricamente

sob esta designação entidades com personalidades jurídicas distintas: associações, fundações, cooperativas, misericórdias, entre outras. (Brás cit. in Monteiro, 2002, p. 2).

Logo, afirmam-se como Associações de Desenvolvimento Local porque, de um modo geral intervêm na comunidade local ou na região, mobilizam as pessoas e os agentes para intervenções mais alargadas, promovem o estudo das potencialidades e recursos do território, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural, ambiental, executam projetos de educação e formação, gerem programas nacionais e europeus (idem, ibidem).

Atendendo à conceção de Frantz (2002):

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas (Frantz, 2002, p. 25).

Com isso, podemos perceber que Frantz considera que o desenvolvimento não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas. A importância que a cultura revela estar a conquistar como fator de atratividade do território, ganha consistência nos anseios da implementação de projetos idealizados pelos intervenientes associativos de determinados locais, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas constituam oportunidade de crescimento e desenvolvimento local.

1.8.3 Associativismo, o seu papel na sociedade

Não se pode olhar para as associações apenas pelo envolvimento de membros internos, mas pelas questões que elas colocam no espaço público e pela mediação que fazem entre os cidadãos e os poderes políticos. Normalmente, as associações integram o conjunto das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que agregam um conjunto de pessoas que possui interesses em comum numa determinada área. Também o visível interesse académico pelo movimento associativo tem aumentado nos últimos anos, o que corresponde à presente mudança no panorama político e social e a uma maior visibilidade de determinadas temáticas, como as que se podem destacar:

- “A solidariedade social”;
- “A saúde”;

- “A educação”
- “Os direitos humanos”:
- “O desporto”;
- “A juventude”;
- “O ambiente”;
- “O património”;
- “A igualdade de género”;
- “Questões LGBT, etc.”¹⁵

O associativismo sempre assumiu propósitos humanistas e de sociabilização, uma vez que o principal propósito é levar as pessoas a reunirem-se e formar grupos desenvolvendo capacidades organizativas, como já foi citado diversas vezes. Assim, e para reforçar essa análise, recorreu-se também à apreciação de Dumazedier citado por Varandas (2014) que afirma que, o associativismo é uma dinâmica que se desenvolve de forma exterior às classes sociais, mas os seus resultados contribuem para um nivelamento sobre essa hierarquia (Dumazedier cit. in Varandas, 2014, p. 49).

No mesmo sentido, Tocqueville (defensor da democracia, apesar de não a lisonjear), citado por Varandas (2014) afirma que o associativismo é primordial para uma organização mais estruturada das sociedades democráticas, dado que coliga liberdade e igualdade. De entre inúmeras conceções sobre o associativismo que se podem encontrar, esse conceito encerra em toda elas uma forma de organizar as populações, explorar os seus recursos e capacidades com o principal propósito de aperfeiçoar, qualificar e contribuir para a melhoria das condições de vida, de satisfazer necessidades culturais, de criar condições para se fazerem representar no diálogo junto dos poderes públicos. Devem ainda ser responsáveis pelo combate à segregação e exclusão social, posicionando-se também na responsabilidade pela transferência de conflitos e interesses comuns. Responsabilidade essa, evidenciada na Constituição da República Portuguesa, e citada por Maria João Paiva Santos, que refere que no artigo 263.º a “Constituição prevê em paralelo com os municípios e as freguesias, a figura das organizações de moradores [...], determinando que as mesmas têm como objetivo intensificar a participação das populações na vida administrativa local, tendo uma área de intervenção territorial inferior à da freguesia” (Santos, 2014, p. 88).

¹⁵ Associativismo, Participação e Comunicação: Dilemas e Desafios, abril de 2019. Em: www.comunitas.pt/ideia/associativismo-participacao-e-comunicacao-dilemas-e-desafios/, [consultado em 26 de fevereiro de 2020]

Do ponto de vista da autora, “essas organizações de moradores, mais não serão do que entidades de movimento associativo a quem a Constituição atribui funções de verdadeiro poder local e de veículo de aproximação da democracia participativa à democracia representativa”, conferindo desse modo o “Princípio de Parceria” (idem). Santos (2014) considera ainda, que esse princípio é essencial para a democracia, para a sua prática e aperfeiçoamento, situando-o no domínio das instituições do Poder Local, tal como um autêntico poder que é igualmente local, que apesar de estar consagrada na Constituição, tal visão nunca foi colocada em prática na confirmação do movimento associativo enquanto parceiro direto.

Um fator negativo mencionado também pela autora, diz respeito à ausência no Conselho Económico e Social da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, entidade máxima do movimento associativo popular, ainda que, na Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto, esteja atribuído o estatuto de parceiro social em manifesto cumprimento do consagrado na Constituição da República Portuguesa (Santos, 2014, p. 90). Ao contrário do que se possa pensar após a análise aqui apresentada, Santos tem uma interpretação positiva da forma como a Constituição da República de 1976 aborda a assunto do associativismo. Descreve-o como um conceito:

puro e pleno de democracia onde o Estado e sociedade civil, nas suas diferenças, concorrem para o bem de um povo. Onde um associativismo autónomo e parceiro, com direitos e deveres, relacionando-se de forma transparente com os poderes (os outros poderes), colabora para a efetivação de direitos, liberdades e garantias, de diferentes níveis e para todos (Santos, 2014, p. 90).

Quer com isto dizer, que a Constituição da República Portuguesa aplicada de forma integral, constituiria o reconhecimento e afirmação do associativismo na qualidade de motor social indispensável, estabilizador, impulsionador e líder na defesa dos direitos consagrados tanto na constituição como na restante legislação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Contudo, e apesar dos constrangimentos e dificuldades que se verificam, que dizem respeito a: incumprimentos, incompreensões, o associativismo tem sido, e será o indiciador da construção da cidadania integral, fortalecendo direitos e retificando injustiças.

1.8.4 Associativismo como expressão organizada da sociedade civil ou promoção do indivíduo

Como referido, assistiu-se no período pós-revolução à constituição de inúmeros movimentos associativos. É certo que essa dinâmica está intrinsecamente ligada à democracia, como já demonstrado, mas acima de tudo, como forma de luta durante o

período de ditadura fascista, em que foram edificados modelos micro-sociais alternativos. Foi, assim, dos movimentos associativos constituídos como polos de resistência antifascista, de organização, luta e consciencialização do povo que saíram a maioria daqueles (que à época se reuniam na clandestinidade), mais tarde, viriam a ocupar funções públicas de relevo na sociedade.

Augusto Santos Silva é exemplo desse percurso, tende iniciado a sua intervenção no contexto das lutas estudantis contra a ditadura, passando a desempenhar funções de dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto. Em 2002 iniciou a sua carreira política que tem vindo a desempenhar nos diversos cargos que tem ocupado nos sucessivos governos PS¹⁶. A atividade política de José Manuel Durão Barroso teve também início, na Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)¹⁷. Estes são, somente, alguns dos exemplos ilustrativos de personalidades, entre muitas outras, que estiveram num passado recente, envolvidos em lutas e ideais coletivos e deram continuidade à sua participação cívica no envolvimento político exercendo também a sua cidadania.

Logo, os movimentos associativos possibilitam uma maior participação por parte dos cidadãos, permitindo-lhes identificarem-se com uma causa e dedicarem-se em exclusivo a essa causa. Os indivíduos ao se organizarem para defender objetivos comuns, satisfazem mais facilmente as suas necessidades e a probabilidade de serem tidos em consideração, é mais elevada, contribuindo ainda para promover a sociabilização e dessa forma diminuir o individualismo.

Dulce Simões num trabalho de investigação sobre o envolvimento dos cidadãos no período que antecedeu o 25 de abril referiu que “a realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades” (Simões, 2013, p. 481). A afirmação proferida pela autora evidencia a importância do associativismo no enriquecimento individual, porém com um comprometimento com o coletivo, uma vez que as associações presumem a presença de um grupo de indivíduos que, através da junção dos seus esforços, têm como desígnio a defesa de um objetivo comum. Em contraposição a este parecer surge (Popielarz cit. in Varandas, 2014, p. 51) que argumenta que as associações têm alguns efeitos negativos na medida em que podem ser um meio limitativo da liberdade individual dos seus associados, e que poderão intensificar o conformismo e a aceitação de regras. A

¹⁶ República Portuguesa. XXI Governo Constitucional. Em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/ministro>. [Consulta a 29 de fevereiro de 2020].

¹⁷ Durão Barroso: do MRPP à Goldman Sachs. Em: <https://www.sabado.pt/portugal/politica/detalhe/durao-barroso-do-mrpp-a-goldman-sachs>. [consultado a 29 de fevereiro de 2020].

própria existência de associações e de elevadas taxas de participação associativa, não representam por si só uma vigorosa inclusão social.

Por conseguinte, e independentemente das várias apreciações e configurações, a ação do associativismo é essencial para a coesão social das comunidades. O poder dos seus dirigentes é real e simbólico, mas de tal forma evidente, que o seu prestígio os torna em líderes comunitários. A comprovar esta afirmação pode-se referir o facto do autarca que neste momento preside a Freguesia da Guarda, ter sido anteriormente, dirigente associativo. Evidência reveladora da promoção do indivíduo, mas acima de tudo, expressão de uma sociedade organizada em valores sociais e culturais.

Capítulo II – Metodologia

2. Escolha do tema e questões de partida

Neste capítulo expõe-se o objeto de estudo, elemento essencial de uma investigação. (Carmo e Ferreira, 2008, p. 176) consideram que o título e o tema são elementos importantes, todavia, não são suficientemente esclarecedores sobre “quem”, “o que”, “onde” e “quando” o investigador vai estudar. Para uma compreensão mais esclarecedora, os autores citados referenciam um conjunto de critérios que julgam relevantes para a definição do objeto de estudo. O primeiro desses critérios, representado como “critério da familiaridade do objeto de estudo”, expressa a vantagem do trabalho ter como referência experiências anteriores e se apoiar nas mesmas. O critério que se segue, apontado como “critério da afetividade”, sugere uma seleção do campo e tema específico relacionado a uma vigorosa motivação pessoal do investigador. Por último, “os recursos” relacionado, portanto, com a preocupação em reunir os meios necessários à investigação (Carmo e Ferreira, 2008, pp. 47-48). Efetuar uma pesquisa com rigor científico, pressupõe, primeiramente, a escolha de um tema para ser investigado, e nesta dissertação, a escolha do tema veio do interesse despertado pela vontade de querer investigar a temática do associativismo e das políticas culturais de ação local no concelho da Guarda.

Assim sendo, a questão de partida e as questões orientadoras desenvolver-se-ão, em torno das seguintes áreas temáticas:

Até que ponto e de que modo o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, contribuem para o desenvolvimento local?

Com o propósito de se dar resposta aos objetivos de estudo e à questão inicial, foram enunciadas as seguintes questões orientadoras:

- Quais os objetivos e missão das associações locais do concelho da Guarda?
- As iniciativas desenvolvidas nas associações respondem às necessidades culturais dos associados?
- Quais as práticas de relacionamento entre a Câmara Municipal da Guarda e as associações culturais?
- As associações culturais contribuem para o desenvolvimento local?
- Quais são as orientações do poder local sobre a importância na definição das políticas culturais?
- Qual o objetivo da intervenção cultural do município?
- Quais os principais obstáculos na concretização das políticas culturais locais?

2.1. Objetivos do Estudo

Objetivo Geral:

Todo o processo de investigação procura levantar dados da realidade a estudar, compreender e decifrar o que estes transmitem. No caso concreto desta pesquisa, o objetivo foi, para além obter algum conhecimento acerca da dinâmica associativa no âmbito cultural, tentar compreender de que modo o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, contribuem para o desenvolvimento local.

Objetivos específicos:

1. Analisar as contribuições das associações culturais do concelho da Guarda no desenvolvimento local;
2. Conhecer o trabalho realizado entre o Poder Local e as Associações Locais no âmbito das políticas culturais;
3. Compreender o plano estratégico da política cultural autárquica;

2.2 Apresentação do presente estudo

Métodos da Investigação

Para melhor descobrir a realidade do objeto proposto, a estratégia metodológica escolhida foi a análise temática por ser a mais adequada para tratar o tema de estudo, é uma das formas que melhor se adequa a investigações qualitativas em que é possível efetuar “o levantamento das atitudes (qualidades, aptidões) psicológicas aconselhadas ou desaconselhadas, que o leitor deve actualizar ou afastar de modo a poder chegar aos seus fins” (Bardin, 1977, p. 77). Ainda, de acordo com a mesma fonte, a técnica de análise organiza-se por três etapas:

- 1) Pré-análise - ou seja, a fase de organização e exploração de informações sistematizando as ideias;
- 2) Exploração do material – nesta fase, se a pré-análise foi corretamente concluída, a presente etapa, não será mais do que a gestão ordenada das decisões tomadas de acordo com as regras precedentemente formuladas;
- 3) Tratamento dos resultados e interpretação - aqui, os resultados brutos são tratados de forma a se tornarem reveladores “falantes” e consistentes (Bardin, 1977, p. 101).

Pode-se afirmar que “cada investigador procura desenvolver o seu próprio método em função do seu objeto de investigação, dos seus objetivos e dos seus pressupostos teóricos ou outros fatores contingentes” (Albarello, et al. 1997, p. 117). No mesmo sentido, Bertaux (1997), esclarece que todas as pesquisas empíricas se organizam por estádios e que as mesmas passam do desconhecimento à descoberta, seguindo-se a representação mental dos processos sociais, ao seu confronto com os factos e observações e, somente no final, há exposição oral ou escrita dessa representação com o propósito de divulgação do conhecimento. Isto é, nesse processo podem ser identificados três momentos que correspondem a três estatutos ou graus de maturação diferentes da pesquisa: “exploração, análise e síntese” (Bertaux, 1997). Desse modo, e no contexto da investigação em questão, a opção da aplicação do inquérito por entrevista foi a estratégia adotada, que se justifica, portanto, se forem consideradas as potencialidades desta estratégia que permite orientar o guião da entrevista em função das verbalizações e reações dos entrevistados (Bardin, 1977). Pode dizer-se que a análise do discurso é uma “vertente da análise da conversa” (Flick, 2009, p. 299), e que “pode ajudar o investigador no acesso a situações que, ao longo do tempo, e conforme o lugar ou a própria situação, eram ‘fechadas’” (Burgess,

1997, p. 116). Para Bogdan e Biklen (1994) e Ghiglione e Matalon (1997), este processo de recolha de dados apresenta-se particularmente adequado quando o investigador tem por objetivos: a) analisar o sentido que os atores atribuem às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados (sistemas de valores, referências normativas, interpretações em situações conflituosas, leituras que fazem das suas próprias experiências); b) analisar um problema específico (dados, pontos de vista, sistemas de relações, funcionamento de uma organização, etc.); e ainda, c) reconstruir um processo de ação, experiências ou acontecimentos do passado.

Logo, a entrevista, assumiu-se, assim, o método apropriado. Foi elaborado um guião comum a 11 associações, e um específico ao Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Guarda, em que as perguntas foram previamente formuladas, mantendo-se a preocupação em não fugir às mesmas. O principal motivo desse cuidado prendeu-se com a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas em que as dissemelhanças deverão refletir diferenças entre os respondentes e não a diferenciação nas perguntas (Lakatos e Marconi, 1996). Afigurou-se, portanto, ser a técnica mais indicada a utilizar, uma vez que, se pretende, acima de tudo, compreender e analisar cada bloco temático elaborado a partir de um processo simplificado de análise “[...] orientado para um número razoável de entrevistas” (Guerra, 2010, p. 68) estando o sentido do discurso dos entrevistados envolvidos no processo associativo do concelho da Guarda centrado no tema, e tendo em conta os seus próprios pontos de vista.

A preparação da entrevista segundo (Lakatos e Marconi, 1996) é uma das etapas mais relevantes da investigação que necessita tempo e impõe alguns cuidados, em que se destaca: o planeamento da entrevista, que deve ter em conta o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser um sujeito que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a entrevista deve ser agendada antecipadamente e de acordo com a disponibilidade do entrevistado para que o investigador se certifique de que será recebido; garantir ao entrevistado que as suas confidências e a sua identidade serão mantidas em sigilo e, por fim, a preparação específica que consiste em ordenar o guião ou formulário com as questões essenciais.

Perante o referido, foi concebido o guião A e guião B, em (Anexo 2), previamente preparado, como mencionado, e que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista. Permite ainda, que os diversos participantes respondam às mesmas questões, e não exige uma ordem rígida nas mesmas. A otimização do tempo é, eventualmente, um dos pontos fortes das entrevistas. Neste trabalho, as entrevistas foram utilizadas para

obter informações de pessoas-chave, as quais possibilitaram recolher informações que ajudaram a compreender a realidade existente e a obter informações uteis. As pessoas-chave são informantes privilegiados que pelas funções que desempenham ou responsabilidade que lhes é conferida, conhecem bem o contexto do presente estudo. Assim, o vereador da cultura e os presidentes/dirigentes das associações culturais receberam, previamente, uma missiva solicitando a colaboração na resposta à entrevista (Anexo 1), que possibilitou uma observação sistematizada das entrevistas. Portanto, o guião A foi organizado segundo os seguintes blocos temáticos:

- Plano orçamental;
- Plano estratégico da autarquia no âmbito da cultura;
- Relação com agentes culturais/associações.

O guião B segundo os blocos temáticos:

- Caracterização da associação,
- Origem e objetivos;
- Expectativa e contributos dos associados;
- Influência da cultura na formação cívica através do associativismo;
- Plano estratégico da política cultural autárquica;
- Associativismo como vetor do desenvolvimento local.

As entrevistas realizadas em abril de 2020 estiveram de acordo com os seguintes objetivos:

- Recolher algumas informações sobre os entrevistados;
- Compreender a origem, funcionamento e dinâmica das associações;
- Perceber a importância da cultura na formação dos cidadãos através do associativismo;
- Analisar até que ponto e de que modo o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, contribuem para o desenvolvimento local;
- Recolher informações sobre o orçamento do Município da Guarda destinado à cultura;
- Perceber o plano estratégico da autarquia a implementar no âmbito das políticas culturais e a sua influência na dinâmica associativa;

- Analisar as relações entre a Câmara Municipal da Guarda, os agentes culturais e as associações do concelho.

Fica, assim, justificada a utilização da técnica acima referida como processo de recolha de dados, sendo que, posteriormente, se efetuará uma análise comparativa dos resultados na qual se tentará detetar concordâncias, discordâncias e complementaridades, que mais não será do que a seleção de partes das entrevistas que devem poder inserir-se nos blocos temáticos. Bogdan e Biklen (1994, p. 233) afirmam que as unidades de análise “são usualmente parágrafos [...] mas por vezes podem ser frases ou uma sequência de parágrafos”.

2.3 Entidades contactadas para responder à entrevista

No seguinte quadro, estão registadas 12 das 30 instituições que aceitaram responder à entrevista. Os cargos ocupados pelos entrevistados e o tipo de guião utilizado.

Entidade	Cargo que o entrevistado executa	Guião
Câmara Municipal da Guarda – Pelouro da Cultura	Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Guarda	A
Associação Cultural, Social e Recreativa da Sequeira	Presidente	B
ADRICAR Ribeira dos Carinhos	Presidente	B
Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo	Presidente	B
Associação Desportiva e Cultural de Alfarazes	Presidente	B
Associação Cultural e Desportiva de Gonçalo Bocas	Presidente	B
Centro Social Póvoa do Mileu - Grupo de Cavaquinhos da Póvoa do Mileu	Tesoureira	B
Centro Cultural, Social e Recreativo do Bairro da Luz	Presidente	B
Centro Cultural da Guarda	Presidente	B
Grupo de Cantares de Arrifana	Presidente	B
Grupo Cultural e Desportivo Pousadense	Presidente	B
NDS - Grupo de cantares a Mensagem	Direção do Grupo	B

Quadro I

Fonte: Sector ICAA, Gabinete de Intervenção Cultural, Animação e Associativismo da Câmara Municipal da Guarda

As associações que constam do quadro I foram selecionadas com base no dinamismo, ou seja, pelo número de atividades realizadas ao longo do ano. O critério de seleção teve ainda em conta as associações distribuídas pelas freguesias do concelho, sendo que as associações inseridas na área urbana são em maior número.

Face aos objetivos desta investigação, as questões orientadoras e os métodos de recolha e análise de dados, o próximo capítulo abordar-se-á o tema do associativismo no concelho da Guarda, quer pela necessidade de se desenvolver uma reflexão sobre as políticas culturais aplicadas, quer pela necessidade de aprofundar o conhecimento dos critérios de pensar e fazer associativismo.

Capítulo III - Contexto geográfico do concelho da Guarda Associativismo Local

O concelho da Guarda está localizado no centro interior de Portugal, com uma área de 712,1km₂, encontra-se inserido na região Beiras e Serra da Estrela, e faz parte da Região Centro. É delimitado a nordeste pelo município de Pinhel, a noroeste pelo município de Celorico da Beira, a oeste pelo município de Gouveia, a sudoeste pelos municípios de Belmonte, de Covilhã e de Manteigas, a sudeste pelo município de Sabugal, a este pelo município de Almeida, que separa a Guarda do país vizinho, e administrativamente o município é constituído por 43 freguesias, após a reorganização administrativa de freguesias em 2013. (Figura I).

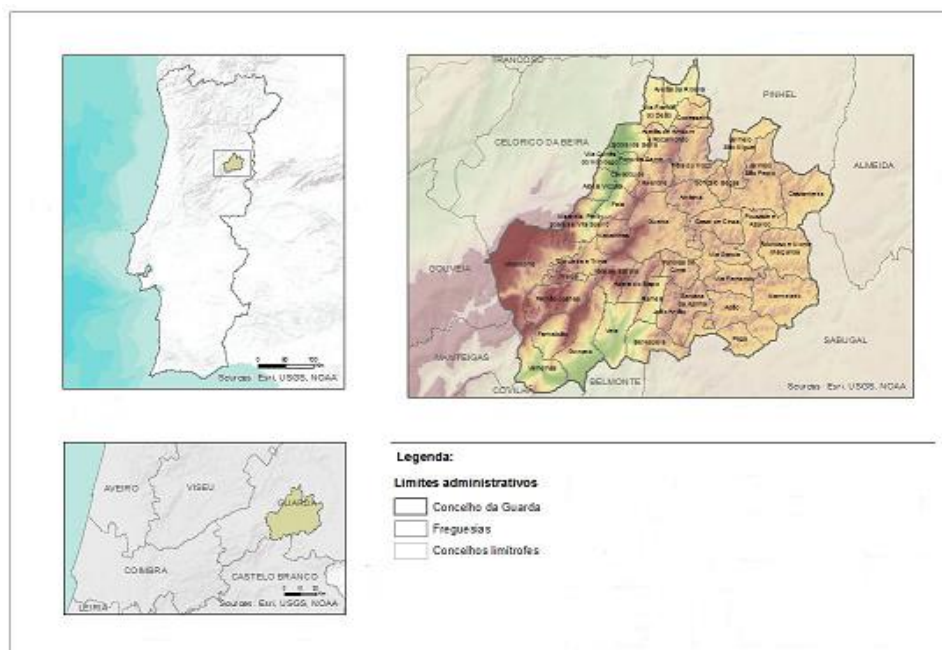


Figura I: Concelho da Guarda. Fonte: Carta Educativa da Guarda

A identidade da cidade da Guarda caracteriza-se sobretudo pelas suas gentes que ao longo dos séculos foram povoando e construindo as memórias de um território urbano/rural muito ligado às atividades rurais, que de acordo com Adriano Vasco Rodrigues, “desde a Idade Média até aos nossos dias, a vida urbana na Guarda ligou-se à vida agrária” (Rodrigues, 1984, p. 38). No entanto, essa forma de vida referida por Adriano Vasco Rodrigues tem vindo a sofrer profundas alterações, as quais marcaram a paisagem urbana da cidade e que estarão relacionadas à própria evolução económica e utilitária da cidade. O crescimento urbanístico ocorrido nos últimos anos aproximou várias aldeias que outrora seriam áreas rurais e que neste momento se incorporaram na malha urbana, que de certa forma mantêm hábitos e tradições culturais, mas também se adaptaram aos comportamentos citadinos. Se por um lado a cidade da Guarda registou um crescimento demográfico com a integração das aldeias mais próximas da área urbana, por outro lado verificou-se um êxodo rural das freguesias rurais mais distantes da cidade¹⁸, o que provocou um desequilíbrio na distribuição da população e consequentemente nas atividades económicas. Observa-se ainda, que a interioridade geográfica¹⁹, a baixa taxa de natalidade e a constante emigração desde os anos 50, 60 e 70 do século passado, são fatores que têm contribuído para que o número de habitantes do concelho tenha diminuído drasticamente desde o século passado. Segundo os Censos de 2011, à época registavam-se um total de 42 541 residentes²⁰. Segundo a Carta Educativa do Município da Guarda, a “localização geográfica e as características associadas ao quadro natural marcam decisivamente o município da Guarda, uma vez que a Serra da Estrela é o elemento geográfico que desde sempre tem condicionado a evolução da população e da economia deste território” (2018, p. 32).

Assim, e com base na Carta Educativa, as referidas alterações demográficas e económicas têm vindo a ser mitigadas através de políticas públicas que assentam na qualificação dos espaços, na criação de infraestruturas e equipamentos diversos. Também as características e o espírito empreendedor da população, o património-cultural rico e variado, são apontados como alguns dos sustentáculos na definição de estratégias de desenvolvimento, que de forma integrada vão permitindo tirar partido desse capital territorial de recursos e ativos específicos com o objetivo de os revalorizar de forma a não só fixar população e investimento através do apoio à criação de emprego, mas também

¹⁸ Centro de Estudos Ibéricos. Qualidade de Vida na cidade da Guarda. Em: www.cei.pt › pdfdocs. [Consultado a 29 de março de 2020].

¹⁹ Tais problemas estão habitualmente associados a condicionalismos vários, designadamente dificuldades geográficas como a sua condição de periferia e a própria topografia, conservadorismo moral, imobilidade social e inércia cultural, baixa densidade populacional, reduzido o leque de serviços, envelhecimento da população, infraestruturas subaproveitadas, falta de massa crítica, baixa apetência cultural por parte de um número considerável de habitantes da cidade em causa).

²⁰ Dados recolhidos na Carta Educativa revista em julho de 2018.

atrair potenciais visitantes que procuram novas práticas associadas ao turismo de montanha, à calma e ao sossego no contexto de um território de tradições culturais potenciadoras de desenvolvimento, em que o futuro pode ser alavancado pelo passado como matriz pujante das indústrias criativas.

3.1 Intervenção cultural e associativa no concelho da Guarda

O concelho da Guarda é geograficamente um município vasto e com um elevado número de freguesias, o que configura um desequilíbrio demográfico, social e económico, em que o problema da baixa densidade populacional implica a introdução de medidas estruturais, capazes de contrariar os efeitos que decorrem do envelhecimento, do despovoamento e do isolamento.

A questão das ações culturais na dinâmica associativa local do concelho da Guarda tem-se construído na base de um processo de ampliação da municipalização das políticas culturais a todas as coletividades do concelho, tornando-as mais participativas na dinâmica cultural do concelho, mas também as submete a um sistema viciante e dependente. Segundo (Santos, 1998, e Neves, 2005) desde os anos 90 do século passado, a despesa realizada pelo conjunto dos municípios passou a ser a principal fonte de financiamento público das atividades e serviços culturais.

3.2 Impacto do associativismo local e as políticas culturais de ação local no concelho da Guarda

Os agentes locais (agentes culturais, associações, Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal da Guarda), com o intuito de estabelecer uma melhor cooperação entre organismos, têm vindo a assinar Protocolos de Cooperação que determinam estratégias de desenvolvimento e que otimizam o potencial da região na promoção cultural. De entre os inúmeros projetos implementados nos domínios das políticas de desenvolvimento local e regional, baseados na cultura, entre o Município da Guarda e as associações locais, destaco o caso do protocolo assinado a 22 de abril de 2019 com a Associação Social e Desenvolvimento (ADM Estrela) da Guarda e a *Fundación Ramón Rey Ardid* - Saragoça, Espanha, a *Escuela de Violeros* de Zaragoza - Saragoça, Espanha, ente a *Universidad Rey Juan Carlos I* - Madrid, Espanha, e a *Fondazione di Comunità del Centro Storico di Napoli* - Nápoles, Itália, no âmbito do projeto *Developing Audiences: Music, Luthiers and Mental Health (DELYRAMUS)*. O referido projeto foi aprovado pelo Programa Europa Criativa, subprograma Cultura, da União Europeia, a concretizar entre setembro de 2018 a julho de 2021, com o objetivo de articular a música dos séculos XIV, XV, XVI e XVII e o

percurso dos violeiros (*luthiers*)²¹. Esta iniciativa tem sido realizada com pessoas com deficiência e incapacidade, particularmente com deficiência intelectual, através de oficinas criativas e eventos culturais. Contribui também para conceber novas formas de atração de públicos, através do envolvimento de grupos em risco de exclusão em atividades e espaços culturais, promovendo a sua inclusão social e cultural. Tem ainda por objetivo, apoiar artistas/ profissionais da cultura europeus e os seus trabalhos a alcançar o maior número de pessoas em toda a Europa e a ampliar o acesso a obras culturais e exposições, com especial incidência nas pessoas com deficiência. O contexto em que o programa é desenvolvido insere-se na Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura (CEC) em 2027 (Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Guarda realizada no dia 22 de abril de 2019, pp. 1-37).

No entanto, as entidades referenciadas, conscientes da necessidade da adoção de políticas culturais ativas que favoreçam a igualdade de oportunidades num território a várias velocidades, tentam contrariar integralmente os efeitos das mudanças demográficas com que a região se encontra confrontada e promovem a construção de elementos diferenciadores suscetíveis de impactar positivamente na evolução das comunidades e da economia. Como exemplo desses recursos diferenciadores e que encontram o grande desafio na preservação e valorização dos recursos endógenos em que, no âmbito dos Festivais de cultura popular se dinamiza a Feira Concurso do Jarmelo, certame que tem por objetivo a promoção da raça bovina autóctone, a vaca Jarmelista. Realizada no Castro do Jarmelo, povoado fortificado da idade média do ferro e que sobreviveu ao período romano até à idade média, altura em que D. Pedro a terá mandado arrasar, que segundo a lenda, seria a terra de um dos assassinos de Inês de Castro. Sendo conjunto classificado de interesse público desde 1953. A feira aqui realizada atrai muitos visitantes da região e do país, contribuindo para a dinamização da região, da economia local e também para a promoção do património local que constitui o Castro do Jarmelo²².

As Jornadas da Lã que decorrem na Freguesia de Corujeira/Trinta são, igualmente, um evento que distingue a identidade e as tradições das aldeias de montanha do concelho da Guarda²³. A iniciativa tem por objetivo homenagear todos os pastores que preservam as tradições ancestrais e as reconhece como um forte contributo para o riquíssimo património cultural da região, pilares da identidade da comunidade e sustento de várias famílias.

²¹ <https://www.mun-guarda.pt/WS/upload/2019/03-155800233846029.pdf>

²² <https://www.guiadacidade.pt/pt/art/36a-feira-concurso-do-jarmelo-295314-09>. [consultado a 15 de março de 2020]

²³ www.mun-guarda.pt/PortalV2/Noticias/?ID=939. [consultado a 15 de março de 2020].

À semelhança da Feira Concurso do Jarmelo e das jornadas da Lã, também o Festival Pão Nosso está inserido nos Festivais de Cultura Popular promovidos pelo município da Guarda, é organizado na aldeia de Videmonte que integra as Aldeias de Montanha. Videmonte é uma povoação no limite do concelho da Guarda, em que parte das suas terras estão integradas no Parque Natural da Serra da Estrela²⁴ sobranceira ao Vale do Mondego, e que pelas suas características únicas e diferenciadoras constitui, uma aldeia rural inserida num conjunto de aldeias históricas em que as suas principais atividades económicas passam pelos grandes rebanhos de ovelhas e cabras, que permitem o fabrico artesanal do Queijo da Serra, a produção da castanha e do centeio que dão o mote ao festival.

O Festival pretende alertar para a necessidade de preservação do património material e imaterial, efetivo e afetivo e alertar para a necessidade da preservação desse mesmo património, ajudando a perpetuar o saber pelas gerações mais novas. A valorização dos seus produtos e das tradições singulares a par da sua autenticidade, são fatores que têm por objetivo melhorar a qualidade de vida dos habitantes destes núcleos rurais do concelho da Guarda, e aumentar assim o potencial de dinamização da base económica e produtiva local reforçando o envolvimento na organização destas iniciativas, através de parcerias com as associações e freguesia local, com o intenção de atrair visitantes da região e do país, dinamizando, assim, a região e a economia local²⁵.

Também o Festival de Cestaria de Gonçalo – Cultura e Arte,²⁶ (vila com um vasto leque de associações em que as principais atividades económicas são a agricultura, a produção do vime, material utilizado na elaboração da indústria da cestaria), e o Festival Viagem às Raízes em Arrifana²⁷ (aldeia que pela proximidade à cidade da Guarda se vai emoldurando na área urbana, porém, com estas iniciativas tenta manter a sua identidade de território rural) se inserem no Ciclo de Festivais de Cultura Popular promovendo os seus produtos e reconhecendo o seu valor económico, social e cultural, numa perspetiva de desenvolvimento endógeno.

Embora os exemplos apresentados de intervenção cultural e de associativismo no concelho da Guarda se tenham, até agora, limitado a dinâmicas desenvolvidas no âmbito dos Festivais de Cultura Popular, estas por se apresentarem como iniciativas de grande impacto, outras se têm realizado frequentemente com o envolvimento dos grupos culturais

²⁴ <https://freguesias.beira.pt/videmonte/>. [consultado a 15 de março de 2020].

²⁵ <https://beira.pt/portal/noticias/festival-pao-nosso-a-partir-de-sexta-feira-em-videmonte/>. [consultado a 15 de março de 2020].

²⁶ www.mun-guarda.pt/PortalV2/Noticias/?ID=769, [Consultado a 15 de março de 2020].

²⁷ www.mun-guarda.pt/PortalV2/Noticias/?ID=234, [Consultado, [Consultado a 15 de março de 2020].

inseridos nas 111 coletividades²⁸ em parceria com o município da Guarda em todo o concelho, e ainda, no concelho do Fundão, município parceiro ao abrigo de um protocolo estabelecido no intercâmbio de projetos culturais²⁹. Cada vez mais, o património material e imaterial é visto como um fator de desenvolvimento e só desta forma, se pode explicar a interação da população com o meio. O passado do território, a sua história, são considerados como recursos fundamentais e daí se retiram benefícios que passam pela sua promoção e divulgação. Assim surgiu o evento “Santos do Bairro” iniciativa que adveio da secular Feira de São João da Guarda, criada por carta régia, em 25 de março de 1255, por D. Afonso III³⁰.

A edição do evento registou já o sétimo ano e envolve um elevado número de associações da área urbana da cidade da Guarda, bem como agentes culturais do concelho. “Santos do Bairro” é um acontecimento promovido e financiado pela autarquia em estreita colaboração com as associações dos vários bairros da cidade, que ao longo de duas semanas revive as festas de São João³¹. A iniciativa contribui para dinamizar a economia e atrair visitantes à cidade, em que o destaque vai para as marchas populares organizadas pelos bairros e pelas coletividades.

Muitas ações são desenvolvidas ao longo do ano pelo município, entre elas: “Cantar das Janeiras”; “O Julgamento e Morte do Galo”; “Feira Farta” que, independentemente da génese do evento a participação das coletividades é um fator de enorme importância, sendo os atores efetivos de progresso e dinamização social, cultural, desportiva, patrimonial e comunitária. E de acordo com Viegas (2004), “há vários sinais que revelam a importância crescente conquistada pelas associações” (Viegas, 2004, p. 34). É de facto um grande desafio para todos os agentes locais contribuírem para o reforço da identidade territorial quando o interior do país regista uma significativa perda de população e a extinção de postos de trabalho na zona centro ascende a 128,7 mil entre 2009 e 2019³², contribuindo para uma visibilidade negativa desses territórios. Nesse sentido, iniciativas de salvaguarda, valorização do património material e imaterial têm sido uma das

²⁸<https://www.mundoportugues.pt/associacoes-do-concelho-da-guarda-vaio-receber-220-mil-euros/>, [Consultado a 15 de 2020].

²⁹ Atividades programadas pelo Gabinete de Intervenção Cultural de Animação e Associativismo (ICAA). Equipa integrada a no Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Guarda responsável pela promoção e divulgação de atividades no âmbito da cultura e das artes. https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/tmg.com.pt/agenda_tmg_jan_abr_2019_site_3.pdf [consultado a 15 de março de 2020].

³⁰São João na Guarda: Feira E Festa. Em: www.bmel.pt/a-guarda-em-letras/minha-terra-alta-de-azul-e-neve/2121-sao-joao-na-guarda-feira-e-festa. [consultado a 15 de março de 2020].

³¹<https://beira.pt/portal/noticias/guarda-celebra-os-santos-populares-de-13-a-24-de-junho/>. [consultado a 15 de março de 2020].

³² Segundo dados o *site* www.dinheirovivo.pt › economia › ainda-ha-regioes-que-nao-recuper...[Consultado a 16 de março de 2020].

principais preocupações das associações culturais, grupos de teatro, e sociedades recreativas musicais que foram surgindo um pouco por todo o território, com o objetivo de ajudar a preservar e divulgar a cultura popular, e principalmente, fixar a população junto das comunidades envelhecidas e em constante declínio.

Perante o exposto, é relevante afirmar, que as ações isoladas e periodizadas, não devem ser, por si só, um fator de sustentabilidade das associações, é essencial, como refere Gomes “uma intervenção efetiva ao nível da sensibilização e formação para as artes e a cultura”. (Gomes *et al*, 2006, pp. 126- 128). A participação contribui para uma nova dinâmica política nas coletividades locais, e de acordo com Vilaça “a cultura associativa é um conjunto de valores comuns e de temas que servem de linha de orientação, isto é, o conjunto de representações que é partilhado pelas diferentes associações (Vilaça, 1994, p. 406). Desse modo, para manter a chama da identidade acesa e promover a participação, a programação cultural das autarquias deve promover as atividades desenvolvidas pelas coletividades como um instrumento útil para difundir a oferta cultural e artística. Ou seja, a cultura enquanto veículo de desenvolvimento do potencial humano, deve contribuir decisivamente para a qualificação, numa perspetiva de valorização da pessoa humana em toda a sua plenitude, e como afirma Brunet (s/d) citado por Monteiro (2004) “um papel de sector associativo, ator da coesão social e um desenvolvimento local, parece ser então a sua capacidade de responder simultaneamente em termos de laços, de sentido e de atividade, e por consequência responder à questão da exclusão” (Brunet cit. in Monteiro, 2004, p. 149). Entende-se assim, que uma das funções das associações é a coesão social e dessa forma minorizar a eventualidade de exclusão social, visto estas possibilitarem a criação de laços, a integração e interação de pessoas oriundas de várias geografias locais e nível cultural diversificado.

Capítulo - IV Apresentação e apuramento das entrevistas

Neste capítulo apresentam-se os resultados das entrevistas elaboradas para este estudo, a primeira realizada ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Guarda, Doutor Victor Amaral e a segunda aos presidentes/dirigentes das associações, tendo estas sido escolhidas com base no dinamismo, ou seja, o número de atividades realizadas ao longo do ano, como já referido no capítulo anterior. Porém, e em consequência do período de confinamento e afastamento social que se tem verificado devido à pandemia COVID-19, das 30 associações selecionadas, somente 11 responderam, positivamente, à solicitação. No entanto, a amostra é bastante representativa da dinâmica

desenvolvida no âmbito do associativismo do concelho da Guarda, sendo distribuída da seguinte forma: área urbana:

1. Associação Desportiva e Cultural de Alfarazes;
2. Associação Cultural Social e Recreativa da Sequeira;
3. Centro Cultural da Guarda;
4. Centro Cultural Social e Recreativo do Bairro da Luz;
5. Centro Social da Póvoa do Mileu;
6. Grupo de Cantares a Mensagem.

Área rural:

1. Associação Cultural e Desportiva de Gonçalo Bocas;
2. Associação e Desenvolvimento Social, Cultural Desportivo da Ribeira dos Carinhos;
3. Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo;
4. Grupo de Cantares de Arrifana;
5. Grupo Cultural e Desportivo Pousadense.

4.1 Análise temática das entrevistas

Durante a investigação realizada, tal como mencionado anteriormente, foram compiladas, sistematicamente e refletidas as diversas informações recolhidas, fruto da aplicação das entrevistas, que agora se passam a analisar.

A entrevista aos dirigentes associativos divide-se em temas, que segundo (Braun e Clarke, 2006) captam algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa. Desse modo foram considerados os seguintes temas e subtemas que se apresentaram como pertinentes para responder às questões colocadas nesta investigação:

- a) Caracterização da associação: Origem e objetivos; Expectativa e contributos dos associados;
- b) Influência da cultura na formação cívica através do associativismo;
- c) Plano estratégico da política cultural autárquica;
- d) Associativismo como vetor do desenvolvimento local.

A entrevista ao Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Guarda divide-se nos seguintes temas:

- a) Contextualização / Plano orçamental;
- b) Plano estratégico da política cultural autárquica;
- c) Relação da autarquia com as associações.

Para ir ao encontro das trajetórias associativas do concelho da Guarda e perceber até que ponto, e de que modo, o seu envolvimento nas políticas culturais de ação local contribuem para o desenvolvimento, após o conhecimento prévio das associações culturais que constituem o corpus *da pesquisa*, recorreu-se à análise das entrevistas. Para completar o objetivo do presente estudo, e conforme indicado anteriormente, recorreu-se à análise temática, que como referido por (Bardin, 1977, p. 105), “consiste em descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido”. Ou seja, a referida análise concentra-se em examinar temas dentro dos dados recolhidos, permitindo identificar ideias implícitas e explícitas dentro dos dados em bruto, reconhecendo momentos importantes relativamente à questão de investigação, permitindo uma análise flexível. (Braun e Clarke, 2006) garantem que a análise temática é estimulante porque se descobrem padrões e conceitos incorporados nas entrevistas, e desse modo, formularam um guia orientador constituído por seis etapas para uma boa utilização da análise temática: 1) familiarização com os dados; 2) criação de códigos iniciais; 3) procura de temas; 4) rever temas; 5) definir e conceber temas; 6) produzir o relatório. Assim, partindo do reconhecimento dos temas presentes nos discursos, isolando-os para reduzir a informação, através de uma análise horizontal e uma vertical, examinou-se a forma como cada um dos assuntos identificados é abordado pelos entrevistados.

4.2 Análise de dados

Para a análise dos dados, neste relatório, foi adotada a sua sistematização agrupada em sete temas e subtemas já anteriormente alinhados:

Bloco I - Origem da associação: Origem e objetivos; Expectativa e contributos dos associados

Com base nos resultados do estudo efetuado, as conclusões que se podem extrair quanto ao tópico supramencionado, é que, todas as associações contactadas têm a sua origem entre os finais dos anos 70 do século XX e os primeiros 10 anos do século XXI. Este retrato

mostra-se alinhado com o discurso de (Leitão, Ramos e Silva, 2009, p. 31), que referem que “cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974, a par do substancial aumento de associações”. Tendo em conta esse quadro, também se verificou que o número de associados varia entre os 100 e os 500 sócios. Esta discrepância é justificada pela distribuição de coletividades nas áreas rurais, despovoadas, e a área urbana onde se verifica o maior núcleo populacional. Das associações analisadas, algumas passaram por um período de revitalização após um longo estado de estagnação, à exceção do Centro Cultural da Guarda que conta já com um percurso de 57 anos de existência, afirmando-se, segundo o seu presidente, como a “maior associação cultural de toda a zona centro do país” com grande dinamismo e uma serie de valências.

A tesoureira do Centro Social do Mileu aponta a promoção e o desenvolvimento cultural como os principais objetivos, em que a predominância remete para a vertente musical e recreativa: “a associação propriamente dita, realça o seu cariz recreativo, uma vez que o esforço se traduz essencialmente na promoção de momentos de convívio entre os sócios e a comunidade em geral [...] incentivando à prática musical, disponibilizando aulas para o efeito”.

Terá sido também o caso do Grupo de Cantares “A Mensagem” do NDS da Guarda em que, os elementos que o constituem, ao ocuparem o seu tempo livre nas instalações do Núcleo Desportivo e Cultural, “foram desafiados a fazer uma recolha de canções tradicionais dos seus locais de origem, aos temas juntaram alguns instrumentos e formaram o grupo” que semanalmente se reúne em ambiente de convívio e alegria. De igual modo, surgiu o Grupo de Cantares de Arrifana que, pretenderam acima de tudo, manter viva a memória da ruralidade, através das canções tradicionais e etnográficas.

O Teatro Religioso, como forma alternativa da tradução e expressão cultural que relaciona etnografia e teatro, foi o mote para fundar o Grupo Cultural e Desportivo Pousadense que sucedeu ao extinto Grupo Dramático de Pousade, como forma de honrar uma tradição instituída há longa data na freguesia, como refere o seu presidente: “pela vontade de mostrar à comunidade envolvente o trabalho desenvolvido nessa área, foi o motivo para a criação oficial da atual associação. A Associação Cultural Social e Recreativa da Sequeira surgiu para dar resposta à problemática social que se verificava naquela área geográfica. A determinação de algumas pessoas possibilitou a criação de um Centro de Dia na antiga escola que se encontrava encerrada e que, passou a servir, também, os interesses da associação no âmbito cultural, designadamente atividades relacionadas com a cultura popular. Atualmente, o ensino musical, vertente que tem muita anuência por parte da

comunidade local a par de atividades relacionadas com os festivais de cultura popular são atividades que prestigiam a associação e toda a comunidade.

A desertificação populacional da região do Jarmelo foi o motivo apontado pelo presidente da Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo para a criação da associação. A dinamização, divulgação do património cultural e histórico, bem como orientação das atividades económicas são fatores apontados pelo presidente, como campos de ação destinados aos associados.

A promoção cultural e desportiva da prática de caminhadas é referida e desenvolvida pela Associação Cultural e Desportiva de Gonçalbocas, pela ADRICAR Ribeira dos Carinhos e também mencionada pelo presidente do Centro Cultural, social e Recreativo do Bairro da Luz que afirma que “representa um modelo de participação democrática, e contribui para a integração e participação social dos associados”.

A Associação Desportiva e Cultural de Alfarazes foi criada por um grupo de rapazes da aldeia que começou a participar em provas de atletismo, e mais tarde, ao envolvimento de toda a comunidade com o objetivo e missão de “divulgar a parte desportiva e cultural em geral, assim como fomentar atividades de carácter social e de lazer”.

Daqui se pode concluir que a variedade de motivos que levaram à fundação das associações em estudo, aponta, para a ocorrência de vários objetivos em comum, que resulta na criação de uma cidadania ativa, onde se valorizam as competências pessoais de cada associado e se podem desenvolver ferramentas capazes de outorgar soluções aos fenómenos socioculturais, como é observável em Leitão Ramos e Silva, em que a associação representa a “expressão organizada de indivíduos que se designam por associados e que tenham os mesmos objetivos” (Leitão, Ramos e Silva, 2009, p. 30). Ou seja, quando os presidentes referem os objetivos da associação que presidem, conceptualizam-nos, em traços gerais, na forma de união do grupo, na partilha e expectativa, que não se restringe a uma só área de interesse, mas acima de tudo, na transversalidade de ideais comuns, em prol dos benefícios dos associados e comunidade, num todo, motivo que as fez surgir e que justifica a constante criação deste género de coletividades, como sustenta (Sue, 2004, p. 124) “[...] as associações são praticamente os únicos agrupamentos públicos que conservam a confiança dos indivíduos. Nem as igrejas, nem os sindicatos, e menos ainda os partidos políticos, que compõem as associações os principais corpos intermédios, partilham este privilégio.

Bloco II - Influência da cultura na formação cívica através do associativismo – Projetos e apoios

No que concerne ao tema supramencionado, foi possível constatar que todos os entrevistados respondem afirmativamente, “de outra forma não fazia sentido” e consideram “muitíssimo importante porque a educação e a cultura são a base do conhecimento” porque acima de tudo, “se deve preservar a nossa cultura popular a todos os níveis, sobretudo “transmitir designadamente aos jovens, valores, costumes e cultura, inculcando-lhes o poder e o dever de preservar o que é nosso, as raízes culturais que tanto caracterizam o nosso povo e descrevem e eternizam as nossas origens.” Aludem que “os nossos antepassados deixaram uma riqueza popular muito vasta, que deve ser vista e protegida como um património nacional em todos os sentidos, e canalizar a nossa cultura nos eventos populares, faz com que o amanhã seja ainda mais rico em todos os sentidos.” Por outro lado, “as gerações mais novas são o nosso futuro, e é a elas que devemos passar este testemunho, de abnegação, entrega, solidariedade, de preservação da nossa cultura”. Observa-se na visão de Andrade e Franco que “as organizações do terceiro sector são as incubadoras de novas ideias [...] ajudam a preservar as tradições e abrem portas a novas experiências intelectuais” (Andrade e Franco, 2007, p. 12) que, só assim, com “pessoas sensibilizadas para estas questões, existe a garantia que os nossos antepassados não sejam esquecidos!”. É também nesta ótica que a cultura reflete a sua importância, e as associações de carácter cultural têm um papel fundamental no desenvolvimento na formação integral de cada indivíduo, na promoção de igualdades, na divulgação de uma cultura com saberes e tradições que correm o risco de se perderem no tempo.

A análise efetuada à questão do **papel desempenhado enquanto associação cultural**, a comparação que se procedeu entre as diversas respostas, indica que “é sempre possível fazer mais e melhor”. No entanto, verifica-se uma certa unanimidade relativamente ao papel cultural e social efetuado em todas elas, cumulativamente e fundamentalmente na promoção do bem-estar dos seus associados, como: “associativismo orientado no sentido de uma melhor gestão dos serviços a prestar à população – no campo da formação, do ensino, da proteção social, do ordenamento urbano” (Viegas, 1986, p. 108), compartilhada na construção de novos paradigmas culturais. Também o Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Guarda enfatiza que, a cultura “constitui uma das principais alavancas da estratégia do desenvolvimento local, num contexto de competitividade e inovação crescente das cidades”.

Através da análise comparativa, foi ainda possível perceber que o **Plano de atividades** das 11 associações reporta o seu desempenho na realização de atividades

organizadas pela Câmara Municipal da Guarda através de projetos anuais de grande visibilidade para a autarquia, sem, contudo, negligenciar a ascensão do espírito da própria associação, por intermédio de atividades recreativas que evocam a cultura tradicional e local que se materializam “numa base relativamente contínua em um ambiente e se engaja em actividades que estão relacionadas, usualmente, com um conjunto de objetivos” (Hall, 1984, p. 23). No caso do CCG a interação e troca de experiências desenvolveu percepções em que a “vontade de resolver coletivamente, necessidades culturais [...] que, quer o Estado, quer individualmente, não é possível resolver” (Leitão, Ramos e Silva, 2009, p. 30) tentou dar resposta e há mais de 60 anos, vai satisfazendo essas necessidades numa prática constante de atividades aliciantes para uma população mais jovem, como as escolas de “*Ballet* e música”, em que são igual exemplo as associações ACSR da Sequeira com a criação da escola de música de “concertinas e cavaquinho”, e o CS da Póvoa do Mileu com a escola de cavaquinho e viola, e ainda o CCSR do Bairro da Luz no fomento da aprendizagem da guitarra, mas tem no seu baluarte a promoção de “cursos de educação e formação para adultos desempregados”.

Para se aferir a sustentabilidade das associações colocou-se a questão: **como são financiados os projetos culturais realizados**. Constatou-se na investigação através dos testemunhos dos entrevistados, que a sobrevivência das associações culturais decorre da “carolice” e da criatividade dos seus dirigentes, das cotas que alguns associados pagam anualmente, mas acima de tudo, de protocolos e apoios concedidos pela Câmara Municipal da Guarda que são, sobretudo, para assegurar o cumprimento da agenda cultural do município na realização do Cantar das Janeiras, do Julgamento e Morte do Galo do Entrudo, na preservação das tradições da quaresma através de iniciativas alusivas à celebração da Semana Santa, nomeadamente em Pousade por intermédio do GCD Pousadence, e ainda, na dinamização e colaboração nos Festivais de Cultura Popular.

A única associação que mantém um sistema de financiamento distinto é o CC da Guarda, que além do subsídio recebido da parte da Câmara Municipal, também executa um sistema idêntico ao mundo empresarial nas escolas de música e *ballet*. Todas as valências existentes realizam atuações públicas recebendo um *cachet* mediante um contrato de atuação, à exceção das atuações a entidades sem fins lucrativos. As associações de cariz voluntário podem “praticar atos de comércio, ainda que com objetivo de obter um ganho, que lhe permita, por exemplo, adquirir meios financeiros para a prossecução do seu fim de benemerência” (Alves, 2008, p. 59) desde que adequados aos termos para que se edificaram, como no caso do CCG.

Verifica-se que todas as associações consideram **importante o trabalho realizado**, no entanto referem que existe falta de uma maior integração da população em geral, e apoio da parte das entidades públicas como Juntas de Freguesia e Câmara Municipal que, “devem ser entendidos como contrapartidas pelo desempenho de missões de interesse público, sem que isto signifique qualquer subordinação das colectividades àqueles poderes” (Leitão, Ramos e Silva, 2009, p. 38) ao que o Vereador alega, verificando-se aqui uma clara discordância, que a autarquia tem assumido “um claro compromisso nos apoios à cultura” com um orçamento de “1.700 000.00€, destinado ao ano de 2020”. Apesar de afirmar que “nunca se tem tudo o que, idealmente se deseja” a responsabilidade para com uma “boa gestão da coisa pública sem hipotecar o futuro com um presente sem controlo” somente se alcança com trabalho para atingir “mais objetivos e metas”.

No que se refere à **participação por parte dos associados**, a sua colaboração é relativamente satisfatória. A Presidente da ADRICAR Ribeira dos Carinhos manifesta um certo desânimo pela fraca adesão dos seus sócios, referindo que “não há uma oferta espontânea”. Já o Presidente da ACD do Jarmelo afirma que existe participação por parte dos associados que é partilhada igualmente pelos “não sócios”. Para a Presidente da ACSR da Sequeira a participação dos sócios depende das atividades e das épocas que se realizam. A Presidente da ADC de alfarazes confirma que há em todas as atividades o envolvimento dos associados. A Presidente da ACD Gonçalbocas alega “que se verifica uma ínfima parte de associados envolvidos na realização e apoio às atividades desenvolvidas na associação”. No CS da Povoia do Mileu, é referido pela Tesoureira, que “existe um elo de ligação muito forte entre a população e os eventos desenvolvidos na associação”. O Presidente do CCSR do Bairro da Luz afirma que há “bastante participação” por parte dos associados. Para o Presidente do CC da Guarda a participação dos associados fixa-se nos 40%. A associação do Grupo de Cantares de Arrifana declara que existe sempre participação dos seus associados sendo parte integrante e primordial no desenvolvimento das atividades. O Presidente do GCD Pousadence assegura que sem os associados as atividades não seriam possíveis, pelo que obrigatoriamente depende da sua participação. Por fim, o Maestro do GC a Mensagem refere que “em relação ao grupo de cantares a adesão é total. Já no que toca à participação do grupo na vida do NDS, colaboram sempre, garantido a boa harmonia entre todos”.

Na questão da **classificação das relações com a Câmara Municipal** a maioria das associações classifica a relação como positiva, reclamando apenas um maior esforço em alguns aspetos que a Câmara tem descurado, como é o caso da Associação CD

do Jarmelo que reivindica a “promoção e conservação do Castro do Jarmelo como um conjunto patrimonial de grande importância local e regional, por se tratar de um Imóvel de Interesse Público classificado como tal desde 1935”. Já o CC da Guarda e a ACSR da Sequeira consideram que poderiam “ser melhores”. Na mesma questão o Vereador considera ser “uma relação de proximidade, compromisso e cooperação, assente em três níveis de apoio: financeiro, técnico e logístico”.

Em súpula, e face às respostas de nove dos 11 dirigentes entrevistados, a cooperação cultural entre as associações e a autarquia é, de forma global, boa e muito importante na dinamização dos projetos municipais, mas sobretudo, nos projetos programados e promovidos pelas associações.

Bloco III - Plano estratégico da política cultural autárquica

Quanto ao tema das políticas culturais, as questões colocadas **que interrogam em que medida a política cultural do município é considerada de forma estrategicamente planeada, e como é avaliada a postura e a ação do Município no sentido de estimular o envolvimento, e a participação dos múltiplos atores locais.** São observadas de formas bastante díspares. O Presidente do CC da Guarda não se revê no projeto político cultural do município, e afirma que: “basta olhar para o processo Guarda 'Capital Europeia da Cultura' para perceber como as associações, dirigentes, agentes culturais foram tratados. Ou não tratados, esquecidos e hostilizados.” Afirma, inclusivamente, que “as associações são apenas chamadas para embelezar ou dar cor a momentos específicos e quando a autarquia necessita de se mostrar utilizando a força associativa do concelho.” Também o Maestro do Grupo a Mensagem partilha da mesma opinião e crê que “ainda não haja um plano no seu todo, onde se consigam agregar todas as associações no âmbito cultural.” A Presidente da Associação SCSR da Sequeira refere que “a implementação de projetos de empreendedorismo cultural e obtenção de apoios contribuirão para a sustentabilidade do desenvolvimento cultural, e que sem projetos medidos e estrategicamente definidos, a política cultural do Município, será nula. A Presidente da ADIRCAR considera que deveria haver uma política cultural mais próxima das associações, de colaboração e promoção. Observa ainda que o município deveria ser mais imparcial na forma como estrutura o acesso a alguns bens culturais. A Presidente da Associação CD de Gonçalbocas declara que para uma política cultural estrategicamente planeada “todos os planos devem ser devidamente ponderados e sustentáveis” e “pessoalmente, não concorda com ações ou atividades que dependam de subsídios para existirem” admitindo que possa haver subsídios para “o arranque”. Para o Presidente da

Associação CD do Jarmelo a política cultural do Município “tem procurado, promover a identidade cultural da região, estimulado a diversidade cultural e a criatividade e tem promovido a participação cívica.” No entanto, considera também que, “à exceção de alguns projetos desenvolvidos, as várias atividades promovidas surgem um pouco desgarradas, perdidas no território, não contribuindo para a sua sustentabilidade e desenvolvimento desse território.” Para as restantes associações o planeamento de uma política cultural do município estrategicamente planeada com objetivos de promoção da identidade, estímulo da diversidade cultural e da criatividade, do fomento da participação cívica e sustentabilidade do desenvolvimento cultural, bem como a postura da autarquia no sentido de estimular o envolvimento e a participação dos múltiplos atores locais, tem tido um papel importante e fundamental para o desenvolvimento.

Nesse sentido, o Vereador da Cultura afirma que:

“As mudanças de paradigma no desenvolvimento económico e social, integrando crescentemente novas dimensões culturais e criativas, têm contribuído para alimentar a construção de uma visão alargada da “cultura” onde se encontram diferentes características partilhadas por uma determinada comunidade – modos de vida, sistemas de valores, tradições e modelos de consumo – em processos onde o conhecimento desempenha um papel decisivo na respetiva articulação”

No entanto, a esta alteração positiva o Vereador salienta que:

“A intervenção da autarquia não pode seguir um modelo paternalista, assistencialista, de cima para baixo, como se fossemos os únicos a fazer e assegurar cultura. Defendo o que sempre pratiquei: um modelo mais próximo da animação sociocultural, onde as pessoas são também elas implicadas a agir dentro dos processos, a apropriarem-se dos seus talentos, das suas habilidades, das suas competências, das suas interrogações, dos seus medos, para gerarmos um modelo participativo de 'cidade criativa'. Um modelo não elitista de que só uns têm o domínio de expor, de mostrar, de saber, de se evidenciar”.

Do quadro geral exposto, verificou-se que há duas tendências nas respostas, por um lado, a política cultural desenvolvida atualmente pela autarquia é vista como o reflexo da parca participação das associações em momentos cruciais, como é o caso da Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura. Ou seja, “a primeira característica que salta à vista é a centralidade da câmara municipal na protagonização de políticas culturais locais” (silva, 2007, p. 12). Há, ainda, dirigentes que consideram que a política cultural do município nada tem a ver com o associativismo e os seus interesses, e para haver uma política cultural estrategicamente planeada, devem ser devidamente ponderados todos os planos, tornando-os sustentáveis, indo esta afirmação ao encontro da declaração do Vereador que afirma que a interposição autárquica nestas questões, não deve “seguir um modelo paternalista e assistencialista” e sim, um modelo de participação regida por motivações que tenham como base o desenvolvimento, resultado de uma

democracia participativa de 'cidade criativa' e de uma convocação permanente à opinião dos cidadãos. Por outro lado, também é reconhecida a importância das políticas culturais autárquicas no envolvimento dos múltiplos atores locais, considerados fundamentais para o desenvolvimento.

Em relação às questões da **articulação Câmara/associações e a relevância da autarquia contratar projetos culturais criados no seio das associações permitindo reduzir recursos financeiros**, verifica-se alguma discrepância, há presidentes que afirmam que a articulação é um “horror”. Há também quem considere que “apenas importa a cidade: o convite da Câmara é sempre para levar as associações a colaborar em eventos que dão grande visibilidade à cidade”, e “a Câmara deveria promover espetáculos nas aldeias.” Para os restantes, “como regra geral, a articulação com os agentes culturais/associações é saudável e colaborativa”. No que toca à contratualização de projetos criados pelas associações, todos são unânimes que seria uma solução economicamente mais favorável. Na perspectiva do Vereador, as excelentes relações que o município estabeleceu com as associações confirmam-se através do trabalho desenvolvido com as mesmas, “cumprindo a obrigação de as considerar agentes imprescindíveis do desenvolvimento”. Assumindo, “desde a primeira hora, que o apoio ao associativismo era uma prioridade”.

Bloco IV – Associativismo como vetor do desenvolvimento local

Sendo o associativismo o tema principal deste trabalho é agora, apresentada a análise e a interpretação dos resultados sobre a cronologia associativa dos inquiridos, e da importância das associações no desenvolvimento local. Da questão que foi colocada aos presidentes **o que os/as levou a querer ser presidentes de uma associação local e quais os motivos**, todos foram unânimes que terá sido o gosto pela causa, e em alguns casos, a necessidade de alguém assumir essa responsabilidade para as associações não serem extintas, que os colocou na direção das associações que presidem, e contribuirão para o desenvolvimento de uma consciência social e cultural, no caminho do bem comum:

“Ora, como os seres humanos não podem engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não têm meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças que possa sobrepujar a resistência, aplicando-as a um só móvel e fazendo-as agir em comum acordo” (Rousseau, 1999, p. 20).

Este excerto de Rousseau é esclarecedor das reflexões analisadas neste ponto, pois à exceção dos responsáveis dos grupos musicais, que foram envolvidos na temática de forma natural, e do Presidente do CC da Guarda que refere que “desde os seus 16 anos que, voluntariamente, foi para o movimento associativo, e o 'bichinho' ficou. A partir daí

empenhou-se em mais de dezena e meia de associações”, todos os outros referem razões de responsabilidade social que terceiros depositaram sobre si, pela necessidade de alguém idóneo assumir esse papel e “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça livre quanto antes” (Rousseau, 1999, pp. 20-21). Dirigir uma associação, implica, também, ser membro da mesma o que representa prestar soluções às necessidades sentidas, não só dos associados, mas também dos membros da sua comunidade.

Inquiridos se **as associações têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento do concelho da Guarda**, os resultados revelam que a concordância é total. A Tesoureira do CS do Mileu declara que “as associações têm um papel fundamental na comunidade em geral. Servem como fio condutor para unir pessoas, e em meios pequenos e cada vez mais desertificados como o é o caso, permitem afastar a solidão daqueles que, regra geral, estão mais isolados. Promovem e viabilizam a interação entre pessoas, localidades, gostos, saberes, cultura e tradições.” No seu entender “a dinâmica proporcionada pelas associações permite encurtar distâncias, proporcionando ainda a aproximação da camada jovem às tradições e cultura dos nossos antepassados, às nossas origens. Preservando assim o que temos de mais genuíno, 'as nossas raízes'.” Opinião partilhada também pelo Maestro do GC a Mensagem que refere, que as associações se fazem de pessoas, e são essas pessoas a sua riqueza. Com sentimento de desânimo a Presidente da ADRICAR (uma associação da área rural), desabafa que “o concelho não é apenas e só a cidade da Guarda, o campo e a agricultura, são, não mais, mas tão importantes como a cidade”.

Ao finalizar a entrevista, a Presidente da ACD de Alfarazes acrescenta que deveria “existir um maior envolvimento do poder local nas associações para um melhor conhecimento da realidade, e uma melhor identificação da associação.” Em forma de conclusão a Presidente da ACSR da Sequeira aborda o tema da atribuição de apoios às associações por parte do município, e refere, que o mesmo deveria ter mais “lisura”. O Presidente da ACD do Jarmelo acrescenta que, “a organização da maioria das atividades da associação (culturais e outras) conta sempre com o voluntariado de uma série de pessoas anónimas, que fruto da autoestima desenvolvida ao longo dos anos, se associam à realização das atividades contribuindo com o seu trabalho para a concretização das mesmas”. Com o passar dos anos, “fruto do envelhecimento da população rural e do despovoamento do meio rural, esse voluntariado tem diminuído, devendo ser estimuladas as novas gerações a participar e a envolver-se nas mais diversas atividades.”

Observa-se que apesar do gosto que têm em ser presidentes ou diretores, afirmam que nem sempre é fácil, principalmente na mobilização de capital social, que como nos indica Bourdieu (1985) corresponde aos potenciais recursos que são reunidos para controlo de uma estável rede de relações mais ou menos institucionalizadas de mútuo entendimento. Ora, num território já de si despovoado não é fácil reunir e concentrar recursos devido à fraca participação das populações ou porque a população é já, na grande maioria, idosa e os mais jovens não se sentem motivados. Tornar-se presidente de uma associação não é uma decisão fácil, é necessário ponderar bem, o associativismo é uma forma de organização da sociedade civil, onde os cidadãos se reúnem e cooperam em torno de objetivos comuns, de forma voluntária e sem fins lucrativos. As atividades culturais ou recreativas desenvolvidas pelas associações investigadas demonstram, que o seu principal objetivo é preservar as tradições que marcam a identidade do território onde estão inseridas, dar vida à comunidade e manter os laços sociais através da promoção da socialização cívica mediante uma política cultural sustentada pelos poderes locais. Pretendem estar perto dos cidadãos, envolvê-los nas questões culturais coletivas com atitudes ativas, e afirmam contribuir, de modo determinante, para o “desenvolvimento local que deve ter como principal destinatário, as pessoas”.

A importância que as associações desempenham no desenvolvimento do concelho da Guarda é reforçada pelas declarações do Vereador da cultura, campo de ação em que ele próprio tem um “trajeto associado a diversos compromissos de cidadania ativa, com início no associativismo local”. E nesse sentido, refere que “claramente, sem as associações, em muitos casos, já muitas das nossas aldeias tinham definhado”. E que as mesmas “são o garante da vitalidade criativa, da solidariedade social, da capacidade de fazer mudanças locais quer na defesa dos vários patrimónios que preservam, reinventam, partilham, através de expressões artísticas, de manifestações conviviais, festivas, mas também de salvaguarda da memória coletiva. São claramente o 'sangue' que garante a oxigenação cerebral das localidades, e são quase sempre o principal cérebro da sua vitalidade. Por isso, diria que, a par das juntas de freguesia, constituem-se como as principais células criativas do mundo rural do nosso concelho e também da cidade”.

4.3 Interpretação final às entrevistas

Através das entrevistas aos dirigentes e posterior análise das suas respostas, foi possível estabelecer comparações, detetar concordâncias, discordâncias, complementaridades e, dessa forma, compreender melhor o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, e se as mesmas contribuem para o desenvolvimento local. Foi possível perceber, que contribuem para a

construção e afirmação da identidade cultural local, pois podem fazer com que um concelho se diferencie, e conseqüentemente atraia mais desenvolvimento. Porém, como verificado na análise às entrevistas realizadas, os cidadãos têm cada vez menos tempo, menos vontade e possibilidade de se envolverem na vida pública, tornando-se cada vez mais importante desenvolver novas práticas e costumes que envolvam a população para que a mesma possa sentir, novamente, que o território lhe pertence. Dessa forma poderão sentir que são novamente incluídos, sendo impelidos a ter uma vida social e cultural ativa, colaborar na construção dos locais onde habitam e fortalecer a própria identidade. O Vereador refere “que nunca está tudo feito” e que “se exige o cuidado de entender que todos fazem tudo o que podem e sabem”. No entanto, o tempo não para, e as práticas e as atitudes face à cidadania vão sofrendo transformações.

A implementação de políticas culturais locais centradas em estratégias de desenvolvimento e envolvimento é defendida por todos os agentes culturais, verificando-se aqui uma relativa concordância com as palavras do Vereador. Todavia, observa-se uma certa dependência do poder local por parte das associações que deveriam ter um papel dinamizador e empreendedor, e é neste ponto, que as associações se deveriam tornar agentes de mudança e de desenvolvimento. Por outro lado, os interesses são aqui mutuamente verificados, o que de certa forma configura melhorias significativas na relação estabelecida entre ambas as partes. Nessa interface de poder local e associações, aparentemente, tem-se criado um desenvolvimento integrado, em que as associações têm procurado ter a preocupação de ajudar a desenvolver a cidade, ainda que com preocupações mais específicas, ajudando ao desenvolvimento cada um à sua maneira de acordo com o seu campo de ação. As associações da área rural sentem mais dificuldades em manter o dinamismo e os presidentes encontram-se frequentemente nessa batalha sozinhos, não reconhecendo nos associados disponibilidade para fazer algo pela associação. Característica essa que é, frequentemente, verificada como afirma o Presidente do Centro Cultural e Recreativo do Bairro da Luz “numa primeira fase da sua existência, há um período de largo entusiasmo” que com o tempo se vai desvanecendo. Nesta afirmação impõe-se uma questão: será que os associados não sentem o apelo do voluntariado, e ao primeiro obstáculo desistem, ou será que as associações não se adaptam aos anseios e necessidades dos seus associados? Alcides Monteiro esclarece que “a ação coletiva explica-se pela utilidade que daí decorre para os seus membros” e também de acordo como se organiza “em torno da utilidade que revela para os seus membros” (Monteiro, 2004, p. 119). Ou seja, essas relações que se uniram por uma causa ou um objetivo comum vão se afastando após o cumprimento ou incumprimento desses objetivos. Como já ficou atrás referido, existe um grande esforço e preocupação não só das associações, mas também por parte do poder local, para que o desenvolvimento local seja

efetivo e crescente. Ficou expresso nas entrevistas quer da parte do Vereador da Cultura quer da parte das associações que o trabalho realizado, em parceria, ao longo dos últimos anos contribuiu para o orgulho coletivo de todo o concelho, e conseqüentemente para o desenvolvimento cultural, apesar de haver quem considere que as associações foram somente consultadas em fases tardias dos processos como é referido pelo Presidente do CCG, ou o caso da Presidente da ADRICAR que observa que “o convite da Câmara é sempre para levar as associações a colaborar em eventos que dão grande visibilidade à cidade”, não promovendo “espetáculos nas aldeias”. Como visto, as associações têm efetivamente uma palavra a dizer no que se refere ao desenvolvimento cultural, mas ainda em campos e conteúdos muito restritos. Neste ponto, indica discordância de opiniões entre alguns dirigentes e o Vereador.

Em termos comparativos, averiguou-se que nenhuma das associações culturais estudadas depende exclusivamente de uma só fonte de financiamento. Constatou-se a prevalência dos apoios públicos, principalmente da Câmara Municipal paralelamente com as receitas das quotas pagas pelos associados e das atividades culturais promovidas, ocasionalmente ao longo do ano.

Tal como é referido na revisão da literatura as formas culturais particulares são uma ilustração das possibilidades da capacidade humana para a cultura, e nesse sentido, essas formas culturais salientam a especificidade de cada cultura. Na análise do ponto b) depreende-se que a cultural tem um papel muito importante na formação cívica, verificou-se que o associativismo é pensado na ótica da cultura e que induz mais facilmente a ideias inovadoras e conseqüentemente a um melhor aproveitamento das relações com o poder local e dos recursos disponíveis: “[...] cumulativamente (esforços convergentes, de que resultam mais recursos) e complementaridade (intervindo a autarquia mais em áreas menos cobertas pela acção do Estado central)” (Silva, 2007, p. 25).

O associativismo sempre assumiu intenções humanistas e de sociabilização, o papel desempenhado pelas associações culturais aqui analisadas leva a pensar que o principal objetivo (tendo sido verificada uma opinião consensual), é levar as pessoas a reunirem-se e desenvolver capacidades organizativas com o propósito de defender objetivos comuns aos indivíduos dessa comunidade, independentemente de ser em localidades rurais ou urbanas, com mais ou menos associados, a intenção é satisfazer certas necessidades e sentirem que são tidos em conta. E nesse processo, as associações apresentam-se como interlocutoras entre os cidadãos e os poderes locais, com o objetivo de promover a cultura e manter as tradições que caracterizam cada grupo e comunidade.

Assim,

Associativismo Local - Políticas Culturais de Ação Local

dentro deste consensualismo programático que atravessa clivagens ideológicas e partidárias, é possível entrever certos fatores de variação, ligados à presença ou ausência de tecnoestrutura municipal dedicada ao sector da cultura, às características e posicionamentos sociais de responsáveis políticos e técnicos e à sua maior ou menor proximidade [...] ligados ainda ao modo como o enfoque na cultura é elaborado discursivamente e aí relacionado, ou não, com propósitos de identidade e desenvolvimento comunitário (Silva, 2007, pp. 17-18).

Conclusões

A presente investigação cujo enquadramento teórico se baseou em alguns conceitos de cultura, teve como principal objetivo entender se o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local contribui para o desenvolvimento local, e influenciam de forma positiva o concelho da Guarda. Para tal, teve como objeto de estudo algumas associações culturais do concelho da Guarda. Ainda relativamente aos objetivos propostos foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: compreender o plano estratégico da política cultural autárquica; conhecer o trabalho realizado entre o Poder Local e as Associações Locais no âmbito das políticas culturais; analisar as contribuições das associações culturais do concelho da Guarda no desenvolvimento local.

A questão de partida teve como princípio - até que ponto e de que modo o envolvimento das associações locais do concelho da Guarda nas políticas culturais de ação local, contribuem para o desenvolvimento local. Com o propósito orientador da questão inicial, foram enunciadas as seguintes preposições:

- Quais são as orientações do poder local sobre a importância na definição das políticas culturais?
- Qual o objetivo da intervenção cultural do município?
- Quais os principais obstáculos na concretização das políticas culturais locais?
- Quais os objetivos e missão das associações locais do concelho da Guarda?
- As iniciativas desenvolvidas nas associações respondem às necessidades culturais dos associados?
- Quais as práticas de relacionamento entre a Câmara Municipal da Guarda e as associações culturais? As associações culturais contribuem para o desenvolvimento local?

Por tudo que atrás foi dito, e relativamente aos objetivos propostos pelas inferências realizadas através das entrevistas, é possível afirmar que:

- Os objetivos e missão das associações locais do concelho da Guarda são:

- Satisfazer certas necessidades;

Associativismo Local - Políticas Culturais de Ação Local

- Sentirem que são tidos em conta;
 - Posicionarem-se como interlocutoras entre os cidadãos e os poderes locais;
 - Promover a cultura;
 - Manter as tradições que caracterizam cada grupo e comunidade;
 - Contribuir para a preservação do património;
 - Colaborar para o bem-estar dos associados e comunidade envolvente;
 - Ajudar a fixar população nos meios rurais;
 - Dinamizar atividades que promovam a formação contínua;
 - Preservar a memória coletiva.
- As iniciativas desenvolvidas nas associações respondem às necessidades culturais dos associados:
 - Tentam responder;
 - Pretendem fazer mais e melhor;
 - Nem sempre há a participação desejada;
 - Os apoios são insuficientes;
- Relacionamento entre a Câmara Municipal da Guarda e as associações culturais:
 - Bastante bom;
 - Razoável.
- As associações culturais contribuem para o desenvolvimento local da seguinte forma:
 - Na promoção de atividades que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações locais cooperando para um estancar urgente do despovoamento dos territórios rurais;
 - Através da participação nas atividades que o município organiza ao longo do ano.
- Orientações do poder local sobre a importância na definição das políticas culturais:
 - As diretrizes estatais orientam e condicionam a política local;
 - Entendimento da cultura como um eixo de investimento;
 - Valorização dos equipamentos;
 - Promoção das atividades culturais e criativas relacionadas com o património.
- Objetivo da intervenção cultural do município:

- Construção de uma visão alargada da cultura;
- Promoção de um modelo próximo da animação sociocultural: implica um modelo participativo em que cada indivíduo desenvolve as suas competências;
- Criação de um modelo abrangente e não elitista.

- Principais obstáculos na concretização das políticas culturais locais:

- Dificuldades de natureza estrutural e pontual: tipológicos; gestão de recursos humanos; financeiros.
- O investimento no intangível tem pouca visibilidade;
- Dificuldade nos fluxos comunicacionais;
- Idiossincrasias orgânicas da estrutura municipal;
- Convicções políticas.

Daí se chega à conclusão, que a democratização da cultura como desígnio das políticas culturais, compreendida de forma dinâmica e aberta, desencadeia um processo de valorização e de estímulo da multiplicidade cultural. Neste campo de influências, residem áreas consensuais de entre elas: melhoria do acesso à informação, educação pela cultura e fruição cultural.

No âmbito internacional os direitos culturais integram-se nos direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) nos artigos 22 e 27³³ que preconizam que todo o indivíduo “tem o direito de participar da vida cultural da comunidade, usufruindo dos seus benefícios”. A partir desta aclamação ao direito à cultura, a dimensão cultural tem sido, estrategicamente, adotada em todos os projetos que ambicionam o desenvolvimento sustentado da sociedade. Esse movimento associativo orienta para uma nova valorização cultural, revelam um alargamento do próprio conceito de cultura, tornando-a ferramenta para a promoção e proteção das entidades coletivas.

Também nesse sentido, e de acordo com as inferências realizadas observa-se que o município citado revela um grande interesse pela cultura, promove iniciativas e diversifica propostas culturais, conta com o apoio das associações culturais do concelho, como forma de ação e identidade local. Esta estratégia de dinamização cultural permite que o desenvolvimento da cultura, seja essencial para o desenvolvimento do território.

O associativismo adquiriu o seu auge no pós 25 de abril de 1974, com a democratização cultural. Tornou-se evidente o aumento e formação de públicos, bem

³³ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Art.º 22 e 27. Em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dosdireitos-humanos>. [consultado a 10 de junho de 2020]

como a participação ativa nos destinos cívicos e culturais das comunidades, numa igualdade natural envolvida na construção voluntária de suportes como a liberdade e igualdade. Observou-se, conjuntamente, o pluralismo de manifestações intelectuais, artísticas e a abertura de espaços de convívio direcionados à atividade das coletividades, sob a forma de apoio.

Atualmente, esse fulgor verificado no período após a revolução dos cravos, acusa um declínio. As associações culturais hoje buscam soluções para debilidades que lhes são próximas, adequando os objetivos à satisfação das necessidades dos sócios, ou dos interesses do poder local, sem, contudo, deixar de contribuir para o desenvolvimento do território onde se inserem.

Assim, o estudo realizado às associações, revela, que o seu surgimento se deveu à existência de uma vontade comum de investir na preservação dos usos e costumes, na promoção das tradições, na valorização do património, no combate à solidão e despovoamento dos lugares e como forma de dar expressão aos indivíduos enquanto atores no seu território. Na conjugação de todos estes fatores, apoia-se num modelo de desenvolvimento local integrado, na participação de agentes de diferentes naturezas, que contribuem para a revitalização da cultura local. Tendo em conta que a participação depende, em parte, do sentimento de pertença e identidade, considera-se que as associações podem ter um papel importante no desenvolvimento cultural local, mas para que isso se torne uma realidade efetiva, há que continuar a inovar e desenvolver projetos criativos que envolvam os cidadãos, a comunidade e que promovam a união.

Esse modelo de estratégia encontra-se presente nas políticas culturais do município da Guarda abrangendo vários objetivos como ampliar e diversificar a oferta cultural, e investir na criação de equipamentos culturais de modo a atrair e formar novos públicos. Um exemplo que orgulha o atual Vereador foi a decisão de abrir as portas do TMG a toda a população com o propósito de envolver vários atores locais, com mais ou menos projeção local, de entre os quais as associações que são convidadas a integrar espetáculos comunitários e dessa forma promover, igualmente, a cultura e aumentar o sentido de pertença de um espaço que é de todos, com um modelo democrático e não elitista. A preservação e valorização do património material e imaterial é refletida enquanto promoção do território e garante das atividades turísticas e económicas e da promoção dos recursos endógenos. A realização de parcerias, o apoio às associações culturais e a promoção do concelho apresentam-se como importantes fatores para atrair pessoas e investimento num território carente de juventude. A aposta em eventos culturais para dinamização do espaço público contribui para a visibilidade do concelho, como é o

caso da FIT a segunda maior feira de turismo do país que atrai milhares de visitantes portugueses e espanhóis. E como grande desafio, a descentralização que procura corrigir assimetrias.

Observadas as políticas culturais do município da Guarda, é possível concluir que tem havido uma certa continuidade nos projetos implementados a longa data. Efetivamente, a Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura (CEC) 2027 é um anseio ambicioso que certamente trará visibilidade e mudanças significativas. Contudo, as preocupações registadas pelas das associações denota falta de envolvimento neste processo, e de outros que afirmam sentir, poderá provocar um desinteresse pelos projetos já em curso.

Sintetizando, e relativamente ao associativismo, o estudo indica que os inquiridos consideram a associação essencial para a sua comunidade, quer seja pelo papel que desempenha nas relações sociais, quer seja pelo desenvolvimento local que as atividades oferecem. Referem, contudo, que a participação dos associados poderia ser mais efetiva e que se regista pouca disponibilidade para fazer parte dos corpos diretivos. A relação entre as associações e a autarquia é em geral boa, atestada e assumida como sendo de proximidade e cooperação, e como refere o Vereador “apoiada em três níveis: financeiro, técnico e logístico”. Apoio esse, atestado, também, pelas associações.

Deste modo, espera-se que o presente estudo contribua para aproximar ainda mais o poder local das associações, e conseqüentemente, essa parceria contribuir para a promoção do território local.

Bibliografia

Albarello, Luc, et al. (1997), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva, consultado a 12/06/2020, em <http://hdl.handle.net/10400.2/7583>.

Alves, João (2008), *Controlo da Legalidade da constituição e Estatutos de Associações e Fundações: Apontamentos, Peças Processuais e Legislação*. Coimbra: Coimbra Editora.

Amaro, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. Caderno de Estudos Africanos. 4, pp. 35-70.

Andrade, António Manuel Valente de, e Franco, Raquel Campos (2007), *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fis Lucrativos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.

Ander-Egg, Ezequiel (2003), *Metodos y tecnicas de investigacion social IV: Tecnicas para la recogida de datos e informaci*. Buenos Aires: Lumen Humanitas.

Antunes, Manuel. (2007), *História de Cultura*. In A. M. Antunes. *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, sj*. (pp. 86 – 90). Lisboa: Fundação Gulbenkian.

Azevedo, Natália (2014), *Políticas culturais, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto: fragmentos de um estudo de caso (1980-2001)*. Porto: Ed. Afrontamento, consultado a 22/01/2020, em rlec.pt > article > download.

Barbieri, Nicolás (2015), *Políticas culturais para o Desenvolvimento*. Capítulo 3. *A Legitimidade das Políticas Culturais: Das Políticas do Acesso às Políticas do Comum*. Instituto de Governo e Políticas Públicas e Departamento de Ciência Política, Universidade Autónoma de Barcelona. Coordenação: Pedro Costa, Conferência ARTEMREDE. Edição: Santarém.

Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo* (Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

Bauman, Zygmunt et al. (1980), *O papel da cultura nas ciências sociais*. Coleção rosa-dos-ventos, Vol. 3, Porto Alegre - Brasil, Editorial Villa Marta, pp. 73-91.

Bertaux, Daniel (1997), *Les Récits de Vie: Perspective Ethnosociologique*. Paris: Nathan.

Boas, Franz. (2010), *Antropologia cultural*. Trad. Celso de Castro – 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bogdan, Robert e Biklen, Sari Knopp (1994), *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bourdieu, Pierre (1985), “The forms of capital”, in J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58.

Braun, Virginia and Clarke, Victoria (2006), *Using thematic analysis in psychology*. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2). Pp. 77-101. ISSN 1478-0887, consultado a 10/06/2020, em <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706gp0630a>.

Burgess, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta Editora.

Canclini, Nestor García. (2001), *Definiciones en entransición*. Buenos Aires. Clacso. Editorial/Editor, Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales. Colección politicas culturales; Cultura, consultado a 20/12/2019, em biblioteca.clacso.edu.ar > clacso > scanclini.

Cardoso, Ciro Flamarion (2003), *Sociedade e Cultura: Comparação e Confronto*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIX, n. 2, p. 23_49, consultado a 2/9/2019, em revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23969/14374.

Carmo, Hermano e Ferreira, Manuela Malheiro (2008), [(1998)]. *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. 2ª Edição. Lisboa: Universidade Aberta.

Coimbra, Leonardo (2004), *Obras Completas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Engels, Friedrich (1980), *Transformação do Macaco em Homem*. In A. F. Engles. *O Papel da Cultura nas Ciências Sociais* (pp. 7- 20). Porto Alegre: Editorial Villa Martha.

Ferreira, Christine, Jacques, Marcelo (2008), *Os discursos de André Malraux no Brasil: uma reflexão sobre arte e cultura*. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 38, ano 21, pp. 177-188, 1º sem.

Flick, Uwe (2009), *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed.

Frantz, Walter (2002), *Desenvolvimento local, associativismo e cooperação*, consultado a 23/03/2019, em <http://www.Ipd.unijui.tche.br/dcre/frantz>.

Geertz, Clifford (1978), *Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura*. In A. C. Geertz. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 13-41.

Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997), *O Inquérito – Teoria e Prática* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.

Gomes, Márcio (2008), *Cultura e Seus Significados os Múltiplos Sentidos da Cultura*, consultado a 10/09/2020, em www.passeidireto.com > arquivo > cultura-e-seus-significados-marcio-...

Gomes, Rui Telmo, et. al. (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Guerra, Isabel (2010), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.

Hall, Richard. H. (1984), *Organizações: Estruturas e processos*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall.

Han, Byung-Chul, (2017), *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade (1996), *Técnicas de pesquisa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas.

Leitão, Simão Cardoso, Ramos, Gustavo Pereira, e Silva, Alexandre (2009), *Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Lisboa: Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Lemos, Anabela da Cruz Júlio (2013), *Cultura e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso da d`Orfeu – Associação Cultural*. Departamento de Educação. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Coimbra, tese de mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local.

Leonello, João Carlos (2010), *O Associativismo como Alternativa de Desenvolvimento na Dinâmica da Economia Solidária*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade, consultado a 27/03/2019, em www.franca.unesp.br > Home > ServicoSocial > leonello.

Lipovetsky, Gilles e Serroy, Jean (2010), *A Cultura-Mundo, Resposta a uma sociedade desorientada*, Edições 70, tradução do original '*La Culture-Munde. Réponse à une Société Désorientée*' (2008), por Sictor Silva, Lisboa, 1ª edição.

Lipovetsky, Gilles (1989), *A Era do Vazio*, Lisboa: Relógio d`Água.

Lopes, João Teixeira (2003), *Escola, Território e Políticas Culturais*, Porto, Campo das Letras. M. S. Lopes, & M. A. Maltez (coords.) *Animação Sociocultural: Turismo, Património, Cultura e Desenvolvimento Local*, pp. 157-168. Chaves: Intervenção, Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Lopes, Mário Fidalgo (2012), *A (re)invenção local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e do programa LEADER*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado em Sociologia: “Políticas Locais e Descentralização”.

Malinowski, Bronislaw (1962), *Uma Teoria Científica de Cultura*. In A. B. Malinowski. (pp. 43- 47). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Matoso, Rui (2013), *Políticas Culturais Democracias Locais: desafios para as próximas eleições autárquicas (III)*, em Artigo de Opinião. Esquerda, consultado a 26/02/2020, em www.esquerda.net <opinioao>políticas-culturais-e-democracias-locais.

Melo, Alberto (1998), Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. A REDE. Novembro, pp.5-8.

Monteiro, Alcides Almeida (2002), O que as move? Ensaio de uma tipologia sobre as iniciativas de desenvolvimento local (idl's) e as suas orientações na/para a acção. In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Desenvolvimento, Parcerias Sociais e Metodologias de Intervenção*, pp. 1-12. Braga: Associação Portuguesa de Sociologia.

Monteiro, Alcides Almeida (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*. 2ª edição, setembro de 2004. Coleção Labirintos/Observatório dos Poderes Locais. ISBN 989-558-023-1.

Monteiro, Alcides Almeida (2004), *Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL`s) em Portugal*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 69, Outubro 2004: 139-157.

Monteiro, Ricardo Nuno Lopes Martins Garcia (2013). *O associativismo como veículo da cultura municipal*. Relatório de Estágio em Política e Autarquia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mestrado em Política Cultural e Autárquica, consultado a 28/03/2020, em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35928/1/O%20Associativismo%20como%20veiculo%20da%20Cultura%20Municipal.pdf>.

Montalvo, António Rebordão (2003), *O processo de mudança e o novo modelo de gestão pública municipal*. Coimbra, Almedina.

Neves, José Soares (2005), *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Neves, José Soares e Maria João Lima (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

Neves, José Soares (coord.), Santos, Jorge Alves dos, Lima, Maria de Lurdes dos (2013), *O Panorama Museológico em Portugal. Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*, Lisboa, Direção Geral do Património Cultural.

Neves, José Soares (2010), “Políticas culturais locais e financiamento da cultura: crescimento e planeamento”, *Trajectos*. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, 16, pp. 125-130.

Oliveira, Evandro de, Alves, Adilson Francelino (2015), *Uma Análise Literária sobre o Conceito de Cultura*. Revista Brasileira de Educação e Cultura – Centro de Ensino Superior de São Gotardo, nº 11, janeiro/junho 2015, pp. 01-18. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/Index.php/educacaoecultua>.

Pinto, José Madureira (1994), “Uma reflexão sobre políticas culturais” em *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local / Actas do Encontro de Vila do Conde, 1, 2 e 3 Abril de 1993*, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, pp.767-792.

Rodrigues, Adriano Vasco (1984), *Monografia Artística da Guarda*. 3ª Edição. ED. Câmara Municipal, da Guarda. CISIAL – Anadia.

Rodrigues, Américo (2009), *A Descentralização. A Rede. As políticas culturais – Quatro ensaios à boca da cena: para uma política teatral e da programação*. Lisboa: Cotovia.

Rousseau, Jean-Jacques (1999), *O contrato Social*. Tradução de António de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes.

Rubim, António Albino (2009), *Políticas culturais entre o possível e o impossível*, consultado a 30/12/2020, em <https://politicasculturais.files.wordpress.com> > 2009/03 > politicas-culturais.

Rubim, António Albino (2019), “V Congresso 'Que Cultura(s) para o século XXI'” realizado no mês de novembro de 2019 na Universidade da Beira Interior.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998)., *As Políticas Culturais em Portugal. Relatório Nacional*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2004), *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

Santos, Jorge Alves dos e José Soares Neves (2005), *Os Museus Municipais de Cascais: políticas culturais locais e património móvel*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

Santos, Domingos (2012), *Cultura e Desenvolvimento Local em Portugal: Decálogo de Princípios Orientadores para um Casamento (Mais) Feliz*. In VIII Jornadas de Geografia e Planeamento, Guimarães, 15-16 de Novembro – Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s) : atas. Guimarães: UMDGE. pp. 62-71.

Santos, Maria João Paiva dos (2014), *Associativismo e Constituição*. Congresso Análise Associativa. Número Temático, Democracia e Associativismo. Nº 1. Revista da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. pp. 80-90.

Severino, José Roberto (2019), “*Produção da cultura e diferença: Narrativas em disputa. Memória, ativismos, políticas culturais, audiovisual. Periferia*”. V Congresso “Que Cultura(s) para o século XXI” realizado no mês de novembro de 2019 na Universidade da Beira Interior.

Silva, Augusto Santos (2003), *Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa*” OBS, 12, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 11-20.

Silva, Augusto Santos (2007), *Como abordar as Políticas Culturais Autárquicas? Uma hipótese de roteiro*, *Sociologia Problemas e Práticas*. 54. *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 8 pp. 29-41. Lisboa: CIES. pp. 11-33.

Silva, Santos Augusto (2011), “Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 54, 2007, pp. 11-33.

Silva, Augusto Santos, Elisa Pérez Babo, e Paula Guerra (2013), “Cultural policies and local development: the Portuguese case”, *Portuguese Journal of Social Science*.

Simões, Dulce (2013), “A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades. Discursos e práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense”. In *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, 481-503. Lisboa, Portugal: Instituto de História Contemporânea e Universidade Popular Portuguesa, consultado a 5/01/2020, em <http://www.upp.pt/drupal/sites/default/files/2014-01-19DePeSobreaTerra.pdf>.

Soufen, Emilio (2008), *Associativismo e cadeia produtiva*. Central de Associativismo.

Sousa, Carlos Alexandre Pires (2013), *A Política Cultural em Portugal – 15 Anos de (in)sucesso*. Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Tese de Mestrado em Gestão Artística e Cultura.

Tylor, Edward (1978), *Primitive Culture*. Londres, John Mursay & Co. [1958, Nova York, Harper Torchbooks.]

Trennepohl, Dilson. et. al. (2007), *Desenvolvimento e Cultura: relações de sinergia e conflitos. Desenvolvimento em Questão*. Ijuí: Editora Unijuí, v.5, n. 9, p. 147-161, consultado a 27/02/2020, em [www.revistas.unijui.edu.br > index.php > article > view](http://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/article/view).

Varandas, Miguel Filipe de Almeida (2014), *Associativismo: A ação das associações no desenvolvimento do município de Castelo Branco*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Metropolização, Planeamento e Sustentabilidade, consultado a 2/03/2020, em [run.unl.pt > bitstream > Miguel Varanda - Tese de Mestrado - versão c...](http://run.unl.pt/bitstream/Miguel%20Varanda%20-%20Tese%20de%20Mestrado%20-%20vers%C3%A3o%20c...)

Viegas, José Manuel Leite (2004), Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas* (nº46), 33-50.

Viegas, José Manuel Leite, (2014). Congresso "Democracia e Associativismo", Associativismo, Sociedade Civil e Democracia, consultado a 20/04/2020 em: <https://repositorio.iscte.iul.pt/bitstream/10071/14242/1/Associativismo%20e%20Sociedade%20Civil%20e%20Democracia.pdf>.

Vilaça, Helena (1994), "As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social" in Rev. da Faculdade de Letras. Sociologia, Série I, Vol. 04, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 49-96. https://issuu.com/artemrede/docs/politicas_culturais_para_o_desenvolvimento.

Documentos Consultados

Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Guarda realizada no dia 22 de abril de 2019. Em: <https://www.mun-guarda.pt/WS/upload/2019/03-155800233846029.pdf>, [Consultado a 20 de abril de 2020].

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Universidade de Lisboa. Em: [www.gepac.gov.pt > cultura2020 > estudo-5-relatorio-pdf](http://www.gepac.gov.pt/cultura2020/estudo-5-relatorio-pdf). [Consultado a 13 de fevereiro de 2020].

Revisão da Carta Educativa do Concelho da Guarda (2018). Coordenação: Prof. Doutor António Rochette. Câmara Municipal da Guarda. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Tratado de Lisboa. Em: https://europa.eu/european-union/law/treaties_pt, [consultado a 21 de janeiro de 2020].

UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura).

Declaración de México sobre las políticas culturales. 1982. Disponível em:

<http://portal.unesco.org/culture/es/files/12762/112762/1329542/4031mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf>. [Consultado a 15 de março de 2020].

Anexos

Anexo 1 - Missiva

Pedido de colaboração ao Vereador do Pelouro da Cultura da Guarda

┌
Exmo. Senhor Vereador
Doutor Victor Manuel dos Santos Amaral

2020/04/07

Assunto: Pedido de Colaboração

Exmo. Senhor Vereador

Venho por este meio solicitar a V. Ex. que, se digne a colaborar no seguinte: sou aluna Salete Martins Pinto da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior Mestranda em Estudos de Cultura, e no âmbito da dissertação do Mestrado, encontro-me a desenvolver uma investigação com a seguinte temática: Associativismo Local: Políticas Culturais de Ação Local.

Neste sentido, venho por este meio solicitar a sua colaboração que se manifestaria na abordagem da temática supra mencionada.

Contando com a sua importante cooperação, agradeço antecipadamente a sua atenção.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Mestranda
Salete Martins Pinto

Pedido de colaboração aos Dirigentes Associativos

┌
Exmo.(a) Senhor(a):

2020/04/07

Assunto: Pedido de Colaboração

Exmo.(a) Senhor(a)

Venho por este meio solicitar a V. Ex. que, se digne a colaborar no seguinte: sou aluna Salete Martins Pinto da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior Mestranda Estudos de Cultura, e no âmbito da dissertação do Mestrado, encontro-me a desenvolver uma investigação com a seguinte temática: Associativismo Local: Políticas Culturais de Ação Local.

Neste sentido, venho por este meio solicitar a sua colaboração que se manifestaria na abordagem da temática supra mencionada.

Contando com a sua importante cooperação, agradeço antecipadamente a sua atenção.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Mestranda
Salete Martins Pinto

Anexo 2 – Guiões das Entrevistas

A - Guião para a entrevista ao Vereador da Cultura da Câmara Municipal da Guarda

O guião está dividido em 3 blocos temáticos: i) Plano orçamental; ii) Plano estratégico da autarquia no âmbito da cultura, iii) Relação com agentes culturais/associações;

Bloco I – Plano orçamental

1. Desde quando assumiu as suas funções como vereador do Pelouro da Cultura do Município da Guarda e qual o seu percurso até chegar a este cargo?
2. Enquanto vereador, o que pensa do desenvolvimento da cidade nos últimos anos?
3. Que medidas já implementadas no mandato anterior deu continuidade, e o que julgou pertinente alterar?
4. Do orçamento destinado ao ano de 2020, que valor foi atribuído ao setor da cultura?
5. Tem orçamento para executar o que pretende? O que mais lhe faz falta?

Bloco II – Plano estratégico da política cultural autárquica

6. De que forma as diretrizes definidas pelo governo português influenciam as estratégias político-culturais do poder local no município da Guarda?
7. Qual é o grande objetivo da Intervenção Cultural no Município?
8. Quais são as principais dificuldades com que se depara para cumprir os objetivos da atual política cultural?
9. Genericamente, identifica mudanças nas políticas culturais para o concelho ao longo dos últimos anos? Mesmo antes de ter assumido esta vereação?
10. Quais as suas prioridades em matéria de cultura?
11. Quais os principais obstáculos?
12. Quais os principais aliados na prossecução da sua linha de orientação?
13. Quais são, atualmente e na prática, as principais áreas de investimento autárquico na cultura?
14. Como é que é elaborada a programação cultural (eventos pontuais e cíclicos) da câmara? Quem é chamado a intervir para estabelecer a programação?
15. Com que objetivos é construído um projeto cultural?

16. O município propõe a implementação efetiva de uma política cultural local assente no desenvolvimento cultural sustentável? De que forma se concretiza e com que resultados?

17. O Município desenvolve ações que promovam a participação por parte da população? Na prática quais são e qual o seu objetivo?

Bloco III - Relação com agentes culturais/associações

18. Que tipo de relação estabelece a autarquia com os principais agentes culturais/associações culturais do concelho?

19. Como classifica as ligações com as associações existentes no concelho da Guarda?

20. Na sua opinião, as associações desempenharam e desempenham um papel importante no desenvolvimento do concelho da Guarda?

21. O Município é detentor de um registo das associações existentes no concelho?

22. É do conhecimento do Pelouro da Cultura assim que abre uma nova associação, ou encerre uma já existente?

23. Que importância têm, em termos de oferta cultural, as atividades desenvolvidas pelas associações no conjunto da oferta cultural do concelho?

Muito Obrigada

B - Guião para a entrevista aos dirigentes das associações culturais do concelho da Guarda

O guião está dividido em 4 blocos temáticos: i) Caracterização da associação: Origem e objetivos; Expectativa e contribuição dos associados. ii) Influência da cultura na formação cívica através do associativismo. iii) Plano estratégico da política cultural autárquica. iv) Associativismo como vetor do desenvolvimento local.

Bloco I - Caracterização da associação - Origem e objetivos

1. Como surge a associação, qual a sua história?
2. Quantos associados tem a associação?
3. Qual é o objetivo e missão da associação?
4. O que pode um associado esperar enquanto associado?
5. De que forma a associação tem contribuído para o desenvolvimento cultural e artístico no território onde se insere?

Bloco II – Influência da cultura na formação cívica através do associativismo – Projetos e apoios

6. Considera ser importante uma educação pela cultura e através da cultura? Porquê?
7. Como analisa o papel desempenhado enquanto associação cultural?
8. Quais são os principais projetos culturais do plano de atividades?
9. Como são financiados os projetos culturais realizados?
10. Considera que o trabalho realizado pela associação tem respondido às necessidades da população em termos culturais?
11. Em termos de apoios e protocolos com o poder local (Câmara Municipal, Junta de Freguesia ou outras instituições) como identifica a situação da associação?
12. Há participação por parte dos associados nas atividades desenvolvidas pela associação?
13. Como classifica as relações com a Câmara Municipal?

Bloco III - Plano estratégico da política cultural autárquica

14. Em que medida considera que se pode falar numa política cultural do Município, de forma estrategicamente planeada, com objetivos de:
 - Promoção da identidade;
 - Estímulo da diversidade cultural e da criatividade;
 - Fomento da participação cívica;

- Sustentabilidade do desenvolvimento cultural;

Ou, pelo contrário, na existência de medidas avulsas, euforias súbitas e investimentos efémeros.

15. Como avalia a postura e a ação do Município no sentido de estimular o envolvimento e a participação dos múltiplos atores locais (juntas de freguesia, associações, empresas, etc.) nos processos de planificação estratégica, na definição de objetivos, na programação cultural e na avaliação de planos, programas e projetos.

16. Considera que a Câmara Municipal tem uma articulação saudável, com os agentes culturais/associações?

17. Considerando que há projetos culturais interessantes criados pelas associações defende que a Câmara Municipal os deve contratualizar permitindo rentabilizar recursos financeiros?

Bloco IV – Associativismo como vetor do desenvolvimento local

18. O que o/a levou a querer ser presidente de uma associação local, quais os motivos?

19. Na sua opinião, a associação tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento do concelho da Guarda?

20. Para finalizar, existe alguma outra questão que não lhe foi colocada que gostaria de esclarecer?

Muito obrigada.